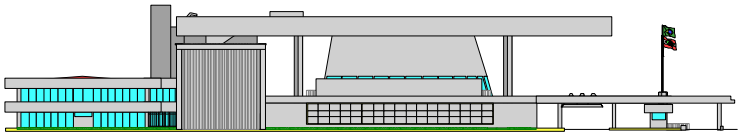
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII FLORIANÓPOLIS, 10 DE DEZEMBRO DE 2008 NÚMERO 5.977

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)
PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dado Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
Marcos Vieira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
Serafim Venzon
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Jean Kuhlmann - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Professora Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 1977**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 097ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 09/12/2008.....2
Ata da 035ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 09/12/2008 10
Ata da 036ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 09/12/2008 12

Publicações Diversas
Ata de Comissão Permanente..... 20
Extratos 20
Ofício.....22
Pareceres 22
Projetos de Lei.....25
Projeto de Resolução 27
Resolução 28

P L E N Á R I O

ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença de lideranças da agricultura familiar.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Tece comentários sobre o presente da Unale aos parlamentares e sobre a atuação do Executivo e Legislativo catarinense em prol dos atingidos pelas cheias.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o Projeto de Lei n. 0128/08, que trata da criação do microempreendedor individual; fala da sua moção para prorrogar o pagamento da alíquota das micro e pequenas empresas; discorre sobre os recursos que ajudarão a recuperar os municípios atingidos pelas enchentes.

Partidos Políticos

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Manifesta-se sobre os recursos destinados a socorrer os municípios atingidos pelas cheias no estado.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Faz menção ao trabalho desenvolvido por João José, do DNIT, com relação à desobstrução das rodovias federais.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Manifesta-se sobre a aplicação dos recursos para ajudar os municípios atingidos.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Reporta-se à liberação de recursos para ajudar às famílias vítimas das enchentes.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra aniversário de Urubici e Angelina; discorre sobre requerimento de sua autoria pedindo que o governo federal abaixe o preço dos combustíveis.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra viagem a Buenos Aires para participar de reunião da União de Parlamentares do Mercosul; ressalta a importância de os turistas continuarem vindo passar férias no estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra o falecimento do cabo Leonardo Taquara; fala do trabalho da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros no sentido de ajudar a salvar vidas no vale do Itajaí.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Parabeniza o sr. Moacir, da Ampe, pela luta em prol dos micro e pequenos empreendedores.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita empenho do governo estadual no auxílio aos micro e pequenos empresários.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha a votação à Mensagem n. 0077/2008, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 0515/2007, de sua autoria, que autoriza a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas nos órgãos públicos do estado.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha a votação à Mensagem n. 0077/2008, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 0515/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que autoriza a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas nos órgãos públicos do estado.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita a retirada de pauta do Projeto de Emenda Constitucional n. 0003/2007, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei n. 0061/2007, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Manifesta voto contrário ao Projeto de Lei n. 0613/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Retifica seu voto com relação ao Projeto de Lei Complementar n. 0036/2008, de autoria do Tribunal de Justiça, que consolida a Divisão e Organização Judiciárias do estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Solicita esclarecimentos com relação ao Projeto de Lei n. 0082/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dá nova redação ao § 1º do art. 1º e do art. 2º da Lei Estadual n. 11.225/99.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita que o deputado Nilson Gonçalves dê explicações sobre o Projeto de Lei n. 0082/2008, que dá nova redação ao § 1º do art. 1º e do art. 2º da Lei Estadual n. 11.225/99.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Dá explicações com relação ao Projeto de Lei n. 0082/2008, de sua autoria, que dá nova redação ao § 1º do art. 1º e do art. 2º da Lei Estadual n. 11.225/99.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Manifesta-se favorável à votação do Projeto de Lei n. 0082/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dá nova redação ao § 1º do art. 1º e do art. 2º da Lei Estadual n. 11.225/99.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa, na tarde de hoje, acompanhando a nossa sessão, dos dirigentes Fábio Martini, da Cooperativa dos Produtores de Leite na Agricultura Familiar da região de Chapecó; Leonir Giaretta, da Associação de Cooperativas de Leite do oeste catarinense; Alexandre Bergamin, diretor da Fetraf-Sul; e Roberto Cordasso, que os acompanha.

Agradeço a presença dessas lideranças importantes da agricultura familiar em nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Valmir Comin, demais integrantes da mesa, sra. deputada Ana Paula Lima, demais srs. deputados, amigos que nos acompanham, queridas taquígrafas, imprensa falada, escrita e televisada, quero destacar a presença do brilhante vereador do PRB, meu amigo de longa data, Edson Pasold. Ele está visitando as dependências da Assembléia Legislativa, o que muito nos honra.

Também quero registrar a presença das demais assessorias que nos acompanham no desenrolar dos nossos trabalhos.

Eu quero agradecer ao ex-diretor do Instituto Estadual de Educação, sr. Luiz Antônio Grocoski, e dizer que amanhã virei à tribuna com esse tema que o senhor entregou no meu gabinete. Trata-se da fábrica de maus professores, que foi publicada na revista *Veja*.

Eu gostaria de chamar a atenção de v.exas. porque eu pedi à minha assessoria para entregar em seus gabinetes um presente da União dos Legislativos Estaduais - Unale -, da qual esta deputada é representante aqui no estado de Santa Catarina.

Eu, como representante da executiva, e o meu suplente, o deputado Renato Hinnig, enviamos para os seus gabinetes um presente que veio de Brasília - e espero que todos tenham recebido -, através do nosso presidente nacional da União dos Legislativos Estaduais, deputado federal Alexandre Postal. É um presente para que os srs. deputados e as sras. deputadas possam fazer bom uso em suas viagens pelo interior do estado.

Então, é uma cortesia da União dos Legislativos Estaduais, e se algum deputado não recebeu nos seus gabinetes o presente, deputada Ana Paula Lima, peço que acione a nossa assessoria que entregaremos para todos, desejando antecipadamente boas festas para que v.exas. possam estar com as suas famílias e os seus filhos em harmonia, reconstruindo o nosso estado de Santa Catarina porque o momento agora é de reconstrução.

Nós passamos por essa catástrofe que assolou alguns municípios do alto vale, mas não nos podemos abater. Nós, que somos representantes do povo, que representamos os 293 municípios, temos que dar as mãos e ir avante porque o povo catarinense precisa muito da nossa ajuda. E ele precisa dela não só nesse momento, vai precisar por alguns anos e por isso temos que dar as mãos e ser solidários.

Na quarta-feira, eu e outros srs. deputados chegamos atrasados porque fomos representar este Parlamento no Teatro Pedro Ivo. Estivemos lá, juntamente com sua excelência, o governador do estado Luiz Henrique da Silveira, e todo o seu *staff*, todo o seu secretariado, e a Defesa Civil, porque o governador decretou um pacote salvador para Santa Catarina e fez uma brilhante colocação de medidas econômicas para o nosso estado de Santa Catarina.

Conversei também longamente com a presidente da Cohab, a sra. Maria Darci, que salientou que já estão sendo entregues várias casas que foram construídas para aquelas pessoas que foram vítimas desse segundo dilúvio.

Aqui na Assembléia Legislativa, nós tivemos uma brilhante iniciativa, através da deputada Ana Paula Lima, presidente do fórum permanente para a investigação sobre as doações que serão arrecadadas. Eu soube que ela é presidente e relator é o deputado Sargento Amauri Soares. Nada melhor do que um policial, uma pessoa experiente nessa área. E eu também fico feliz por fazer parte desse importante fórum.

Soube que alguns deputados já estiveram fazendo visitas no alto vale, juntamente com equipes. Eu não pude acompanhar a comitiva, mas estou aqui como uma grande voluntária, fazendo arrecadações e colocando também o meu gabinete à disposição. A minha assessoria esteve dobrando pilhas e pilhas de roupas de doações, separando calçados e o que havia de melhor, porque não podemos passar para as pessoas aquele calçado que está furado. Então, foi feita uma seleção e a minha assessoria ficou durante alguns dias realizando esse trabalho, com muito carinho e muita dedicação, deputado Elizeu Mattos.

Eu sei que v.exas. também estão muito dispostos a contribuir com aqueles que perderam tudo, que perderam também seus entes queridos, seus entes amados. Há pessoas que, além de perder a sua casa e o seu terreno, perderam também toda a sua família. Isso é muito triste e o estado de Santa Catarina chora. Mas também é um momento de reconstrução.

Estamos aqui parabenizando o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, que não mediu esforços, juntamente com a sua equipe, os srs. deputados, os nossos representantes federais, os senadores e também o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que também está muito envolvido. Enfim, há uma grande mobilização em prol da reconstrução, em prol do povo catarinense, que precisa de muita ajuda.

Posso afirmar que este Poder Legislativo também está recebendo as doações que estão vindo em massa. E quero dizer muito obrigada a todas as famílias que estão sempre dispostas a contribuir.

Gostaria de agradecer a atenção. Fico feliz de voltar a ver o sorriso lindo da nossa brilhante deputada Ana Paula Lima.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus.

Eu e o deputado Valmir Comin estávamos comentando da sua atuação também com as pessoas atingidas pela enchente e enxurradas, e também como nossa representante na Unale. Quero agradecer, antecipadamente, o presente ofertado a todos os parlamentares desta Casa.

Srs. deputados e sra. deputada, ainda em Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde, sra. presidente, excelentíssima deputada Ana Paula Lima, parabéns pela condução dos trabalhos quando está à mesa representando o presidente, deputado Julio Garcia; srs. deputados, deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Esta semana é importante para as nossas micro e pequenas empresas. Inclusive, temos em tramitação o Projeto de Lei n. 0128/2008, já votado no Senado, no último dia 3. Já foi votado na Câmara e deve ser votado amanhã, no Congresso Nacional, porque no Senado recebeu emendas. Essa matéria, além de outras iniciativas, trata da criação no país do nosso microempreendedor individual, eis que amplia a abrangência do Supersimples.

Então, além de criar no país um setor importante para a economia, cria o contribuinte individual, o microempreendedor, e também amplia os direitos e a inclusão de setores no Supersimples, na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. E a expectativa de fato é que seja aprovado, no dia de amanhã, no Congresso Nacional. Inclusive, no Senado todos os senadores votaram.

Temos essa expectativa da criação do microempreendedor que vai contribuir, que se vai colocar em dia também com a Previdência Social, pagando R$ 45,00, R$ 65,00 por mês para o INSS, R$ 1,00 de ICMS ou R$ 5,00 de ISS.

(Passa a ler.)

"Eles também terão direito à aposentadoria por idade ou invalidez, seguro por acidente de trabalho, licença-maternidade, e a família ainda ganhará direito à pensão por morte do segurado e auxílio-reclusão, se for o caso.

O projeto prevê ainda a inclusão de novos setores econômicos no Simples Nacional: o Supersimples, como manutenção e reparação em geral, decoração e paisagismo, laboratórios de análises ou de patologias clínicas, serviços de próteses em geral, serviços de tomografia, de diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos e ressonância magnética.

Foram incluídos no texto, mas como não houve acordo com as lideranças, foi retirado da votação a inclusão de várias outras categorias no Simples Nacional, como empresas de consultoria, médicas, advocatícias e de jornalismo. Ficou acertado, no entanto, a apresentação de projeto específico com o teor dessa emenda.

Quanto à questão do ICMS, o projeto também traz dispositivos para resolver problemas enfrentados pelas micro e pequenas empresas, no que se refere ao ICMS, como a cobrança antecipada do imposto na fronteira, com valor agregado, e o diferencial de alíquota interna e externa.

Outro fator importante também resolve a prática, pelos estados, de substituição tributária que alcança áreas de larga atuação de micro e pequenas empresas, como material de construção, alimentação e vestuário. Permite que indústrias do Simples Nacional transfiram crédito do ICMS para as grandes empresas ou grandes clientes, ampliando a competitividade, e ainda garante autonomia aos estados para concederem benefícios tributários às micro e pequenas empresas, sem depender do Confaz."

Esse tema interessa muito a Santa Catarina, pois uma das alegações do estado era de que não podia fazer transferência de créditos de ICMS para as nossas grandes empresas. E agora, com essa lei, isso vai ser resolvido. Esses são passos importantes, reivindicações que nós muitas vezes tratamos nesta Casa. Inclusive, foi tema nas diversas audiências públicas. Também foi sugerido em nível nacional, no comitê gestor e aos nossos parlamentares.

Esse Projeto de Lei n. 0128 resolve isso já, em grande parte. E uma das grandes novidades é a criação da figura do microempreendedor e do microempreendedor individual em nosso país. Digamos: o vendedor de pipoca, vários setores, a costureira, as pessoas que fazem um trabalho individual, enfim, toda essa gente poderá estar legalizada, porque até hoje não tinham o direito de previdência, de garantias, de aposentadorias respeitadas nos dias de hoje.

Com certeza é um grande projeto. E a expectativa é que nessa semana seja aprovado, já para o ano que vem poder ser colocado em prática, para poder ser trabalhado e executado nas nossas micro e pequenas empresas.

Estamos apresentando uma moção sobre um pedido da federação das micro e pequenas empresas, das associações do estado, para prorrogarmos o pagamento da alíquota das micro e pequenas empresas que vence no dia 15 de dezembro. Estamos pedindo que seja prorrogado por no mínimo 90 dias, por causa dos prejuízos que tiveram com a catástrofe em Santa Catarina. E estamos na expectativa de conseguir avançar nisso.

Hoje, às 17h, em Brasília, teremos uma reunião com o ministro Mantega para discutir a prorrogação para 60 dias do prazo de pagamento dos impostos das nossas micro e pequenas empresas que estão incluídas no Supersimples, os quais vencem no dia 15 de dezembro.

Essa é mais uma iniciativa que estaremos trabalhando a partir dessa audiência com o ministro Mantega. E esperamos avançar. Já dialogamos com os nossos deputados federais de nossa bancada, os quais estão contribuindo nesse processo de debate da prorrogação desse prazo.

Deputada Ana Paula Lima, estamos discutindo com a nossa bancada a importância da participação ativa do governo do estado, com recursos para socorrer os nossos atingidos. E a proposta da nossa bancada é que no mínimo 50% do Fundo Social sejam aplicados na recuperação do nosso estado, por causa da enchente do ano que vem.

Nada mais justo do que o estado de Santa Catarina, assim como o governo federal, entrar com uma fatia de recursos para recuperarmos. Existe boa-vontade do nosso governador e de sua equipe, mas só boa-vontade não resolve o nosso problema. Precisamos de investimentos, de recursos.

Ontem, o governo federal depositou a primeira parcela dos 45 milhões do caixa do estado para socorrer as nossas vítimas. Temos aí mais de R$ 600 milhões que estão chegando aos poucos, a partir do investimento e da documentação do estado.

Estamos na expectativa para que se consiga, de fato, contribuir, avançar e amenizar os problemas que o nosso estado tem enfrentado, seja no conjunto da população, dos trabalhadores, seja das nossas grandes empresas, mas principalmente das nossas micro e pequenas empresas, que não têm grandes condições de investimentos, que passaram por dificuldades e tiveram prejuízos, devido às chuvaradas e aos deslizamentos em nosso estado.

Precisamos que de fato o estado de Santa Catarina, o governo federal, junto com a sociedade, consiga reconstruir essa perda que dificilmente será reparada, porque muitas pessoas morreram, perderam a vida. Temos agora que fazer esse esforço para reconstruirmos. E essa expectativa de aplicação do Fundo Social na recuperação para nós é uma questão central para a continuidade da construção do desenvolvimento do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado!

Srs. parlamentares, foi encaminhado à mesa um ofício que solicita, conforme determina o Regimento Interno desta Casa legislativa, que seja concedido o tempo de dez minutos da sessão ordinária do dia 9 de dezembro ao engenheiro Fernando Luiz Zancan, secretário executivo do Siecesc - Sindicato da Indústria da Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina - e presidente da ABCM - Associação Brasileira do Carvão Mineral -, para que possa expor sobre a importância estratégica do carvão mineral para Santa Catarina, setor em franco desenvolvimento no estado.

Consulto os líderes presentes neste plenário para saber se podemos suspender a sessão pelo período de dez minutos, a fim de ouvirmos o presidente Associação Brasileira do Carvão Mineral.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância dos líderes, peço ao deputado Valmir Comin que encaminhe o engenheiro à tribuna.

Antes, porém, quero anunciar, conforme acordado com o Partido dos Trabalhadores, que o engenheiro Fernando Luiz Zancan irá utilizar também nove minutos do tempo destinado ao Partido Progressista.

Esta Presidência suspende a presente sessão por 19 minutos para que possamos ouvir o presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, o que me traz à tribuna nesta tarde é ainda a questão da tragédia que se abateu sobre Santa Catarina, onde ajudas nacionais chegam. O dinheiro federal, como prometido, começa a chegar ao estado. Mas eu creio que é hora de nos preocuparmos também com recursos que possam chegar diretamente até as pessoas, para que possam reconstruir as suas vidas, e não apenas recursos que cheguem para o governo, para as prefeituras, para o porto, recursos estes também muito importantes.

E chamo aqui a atenção para a situação da liberação do dinheiro do FGTS, no limite de até R$ 2,6 mil. Inclusive, já existe a intenção do governo federal de ampliar esse limite para mais de R$ 5 mil. Pode parecer pouco para reconstruir uma vida de quem perdeu tudo, mas é fato que esse dinheiro é muito importante no início dessa reconstrução da vida das pessoas.

O que me preocupa é saber que a liberação desses recursos do Fundo de Garantia, em situação de calamidade, previsto pela Lei n. 10.878, costuma ser muito lenta. Nas enchentes que tivemos na região da Grande Florianópolis, em 29 de janeiro

deste ano, a imensa maioria das pessoas sequer recebeu R$ 1,00 do seu FGTS até o presente momento. Se tivermos, na situação do vale do Itajaí, a mesma lentidão absurda que houve em relação às cheias da Grande Florianópolis, esse recurso irá demorar um ano e não vai ser disponibilizado para as pessoas.

Então, peço aqui que haja, neste momento, um acompanhamento das fases da liberação. Primeiro, é necessário que exista um laudo da Defesa Civil. O governo federal reclama que muitas prefeituras são lentas no momento de encaminhar os seus laudos de desastre para o ministério da Integração Nacional, em Brasília. Mas também o procedimento no ministério de Integração Nacional, na última cheia, foi igualmente lento, tortuoso e demorado. Lembro-me até da cena do ministro Gerdel recebendo o governador, de pé, de maneira rápida e atabalhoada, numa comitiva catarinense da qual fiz parte.

Neste momento há mais sensibilidade, até pela proporção da tragédia, mas se os procedimentos não forem mudados, se não houver mais celeridade e menos burocracia, a população do vale do Itajaí vai demorar muito tempo para ver de fato a cor desse dinheiro.

Por isso é importante que nós acompanhemos todas as fases. Vamos pedir à Defesa Civil do estado que encaminhe para esta Casa a relação das prefeituras que já disponibilizaram os documentos para irem a Brasília, e depois peço apoio a todos os deputados, aos deputados dos partidos que fazem parte da base de apoio ao governo federal para que em Brasília haja celeridade na análise do ministério da Integração Nacional.

Muitas pessoas cobram da Caixa Econômica Federal, mas ela apenas faz a liberação dos valores. Havendo a autorização por parte do ministério da Integração Nacional, cabe à Caixa apenas pagar aquele valor que é, por direito, das pessoas. Esse dinheiro não é dado, não é benefício ou beneplácito do governante ou do governo federal, mas é um dinheiro que pertence às pessoas e que faz muito falta nesse momento de calamidade. São pessoas que tudo perderam e que, com esses R$ 2,6 mil ou R$ 5 mil, podem dar início a uma vida mais digna.

Se nós não prestarmos atenção e deixarmos que os processos se percam na grande e reconhecida paquidérmica burocracia de Brasília, as pessoas vão demorar muito tempo para receber o recurso, como acontece até hoje com aqueles atingidos pelas cheias na região da Grande Florianópolis.

Então, fica aqui essa preocupação. Precisamos acompanhar a questão porque, se deixarmos como está, passada a comoção, passada a veiculação nas redes nacionais de televisão, a burocracia de Brasília pode atrapalhar, e muito, o recebimento desses recursos. Fica aqui esse alerta e tenho certeza de que esta Casa vai estar atenta à tramitação desse processo do FGTS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero, neste momento, cumprimentar a Mesa, todos os deputados presentes e, em nome do Partido dos Trabalhadores, fazer aqui uma menção ao trabalho desenvolvido pelo João José, superintendente do DNIT, nas respostas rápidas que estão sendo efetuadas na desobstrução das rodovias federais e, inclusive, também no auxílio, no atendimento nas rodovias estaduais.

Nós, em muitos momentos, vemos críticas e cobranças à atuação de órgãos públicos, à burocracia e à morosidade das ações. Mas, no entanto, neste momento de calamidade pública que vive o estado de Santa Catarina, em determinadas regiões, como principalmente na região do médio vale, sabemos que o governo federal tem feito a sua parte.

Eu ouvi, nesta Casa, inclusive parlamentares cobrando liberação de recursos, deputada Ana Paula, e já houve recursos liberados, depositados e retirados da conta.

Esperamos que esta Casa tenha uma postura efetiva na fiscalização da aplicação desses recursos. Não basta apenas esses recursos virem para Santa Catarina. Foram liberados R$ 45 milhões, se não me engano, na data de ontem, e sabemos que mais recursos virão.

Quem trabalha com o Executivo sabe que muito depende dos relatórios, deputado Décio Góes, depende da prestação de contas e depende da forma efetiva como isso vai ser implementado. Agora, o nosso governo tem dado efetiva resposta.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu fico, às vezes, indignado que no meio dessa questão toda se faça esse debate se o governo federal está cumprindo com a sua tarefa ou não. É um governo que veio até aqui e fez um pronto atendimento. A primeira vez que um presidente da República veio a Santa Catarina, depois de uma catástrofe dessas, foi agora com o presidente Lula, e já está respondendo com a liberação de recursos em várias áreas, com ações concretas para resolver vários problemas de infra-estrutura no estado.

Os recursos já estão vindo. O que nós queremos saber é como eles vão ser utilizados, deputado Jailson Lima, quais serão os critérios para isso.

Eu defendo que haja um fundo de apoio com R$ 3 mil, R$ 4 mil, R$ 5 mil dirigidos para cada família atingida, além do Fundo de Garantia, dos recursos relativos à infra-estrutura para recuperação de pontes e estradas, e de um apoio para as prefeituras, para máquinas e equipamentos a fim de poderem enfrentar toda aquela situação.

Eu acho que a grande cobrança é esta: como vão ser utilizados esses recursos, quais serão os critérios, e tem que ser de forma transparente, pública. Esta Casa deveria participar do fórum que vai decidir essas questões.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Esse é o nosso papel, deputado Décio Góes.

Ontem foram depositados R$ 45.146.000,00, ontem mesmo este dinheiro já foi retirado, e esperamos a transparência da aplicação. Falo isso porque, do dia para a noite, parece que o governo federal é responsável por todos os setores. O deputado Marcos Vieira inclusive quis responsabilizar o DNIT por um setor da BR-282, que fica em Santo Amaro da Imperatriz, com relação a um trecho em que não fica bem claro se deveria ser mantido pelo município ou o estado, onde o asfalto cedeu em determinada parte, mas não é um setor tão crítico assim com tantos outros problemas que nós temos. Mas sabemos que gradativamente está-se dando respostas.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Jailson Lima, primeiramente, quero parabenizá-lo pelas suas colocações e também dizer que existe uma grande diferença entre estarmos em Brasília, onde tudo são apenas relatórios, papéis, e estarmos aqui na base, no município.

Eu não quero aqui falar de uma questão partidária, mas, sim, de uma questão burocrática. Espero, efetivamente, que o governo federal - como já aconteceu no passado com vários partidos políticos, em que a burocracia sempre é maior do que a vontade até do presidente da República... Mas nós não podemos permitir isso, deputado Jailson Lima! E aí é importante que todos estejam cobrando dos governos federal, estadual e municipais que deixemos de lado a burocracia, porque aquele cidadão que eu visitei no final de semana e que está morando num abrigo, hoje, ele precisa da ajuda do governo federal, independentementede partido político, independentementede quem é o presidente. Ele precisa de ajuda para ter a sua casa para morar. Aquele cidadão precisa ter o dinheiro do FGTS liberado para poder, muitas vezes, consertar a sua residência e voltar a morar lá, e a burocracia não permite isso!

Então, espero, efetivamente, que o governo federal, neste momento do presidente Lula, através da sua sensibilidade, tente de alguma forma garantir o recurso, e que esse dinheiro seja efetivamente liberado porque, hoje, os trabalhadores ainda não receberam um dinheiro que não é do governo federal. O dinheiro é do próprio trabalhador, e ele precisa e tem o direito de recebê-lo para consertar a sua casa e até para comprar a roupa que a sua família não tem mais porque saiu de casa apenas com uma peça de roupa no corpo.

Infelizmente, esta é a realidade: a burocracia está tomando conta e não está deixando com que o recurso chegue direto àquele cidadão que precisa de casa e àquele cidadão que tem o direito de receber o FGTS, mas que não está sendo liberado. Esse dinheiro, repito, é dele e não é do governo. Mas o mesmo problema que aconteceu em governos anteriores volta a acontecer, por causa da burocracia.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - A grande diferença, deputado Jean Kuhlmann, é que quando fui prefeito e houve uma enchente, levei dois anos para receber R$ 150 mil, e o nosso presidente já esteve neste estado, assim como uma peregrinação de ministros. E está prevista, na sexta-feira, novamente a vinda do presidente Lula a Santa Catarina para visitar a região de Blumenau.

Ao mesmo tempo, sabemos que nessa semana a senadora Ideli Salvatti e o presidente da Caixa Econômica Federal estiveram aqui em Florianópolis para dar agilidade à liberação dos recursos do Fundo de Garantia.

O governador de Santa Catarina tem estado constantemente em Brasília pedindo recursos que são pertinentes, agora também temos que ter claro de qual foi o aporte de recursos do efetivo do estado em resposta a essa calamidade pública.

Quero até parabenizar Camboriú, onde, nesta semana, tomaram a decisão de repassar R$ 853,00 para cinco mil famílias, o que dá quase R$ 5 milhões investidos no município. O estado também tem que dar a sua contrapartida em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PTB.

Consulto os srs. líderes se há algum problema de o PMDB usar os 16 minutos do tempo destinado ao seu partido, uma vez que o exato momento em que os deputados foram chamados para fazer uso da palavra passou-lhes despercebido.

(Os líderes aquiescem.)

Como não há problema, com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, do PMDB, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, gostaria fazer aqui dois registros.

Primeiramente, gostaria de registrar o aniversário do município de Urubici, que aconteceu no dia 6 de dezembro, um dos municípios mais bonitos de Santa Catarina, região do nosso amigo deputado Elizeu Mattos e onde se produz a melhor truta do Brasil. O segundo maior produtor de truta do Brasil está em Urubici. Lá há uma beleza natural ímpar, onde também se produz umas das melhores maçãs do Brasil.

É um município colonizado por portugueses, alemães, italianos, letães, de uma região da Letônia. Urubici é um dos grandes atrativos turísticos de Santa Catarina. Aproveito para cumprimentar os vereadores e o prefeito daquele município, sr. Antônio Zilli.

Quero cumprimentar também o município de Angelina, aqui da região da Grande Florianópolis, que comemorou aniversário no dia 7 de dezembro, um município com um pouco mais de cinco mil habitantes, de colonização alemã, que conta com uma beleza natural ímpar, que faz do turismo religioso o seu grande atrativo.

Mas, sr. presidente e nobres srs. deputados, dias atrás, nesta Casa, fiz aqui um pronunciamento em que solicitava que o governo federal, mais precisamente a Empresa Nacional de Energia e a Petrobras, baixasse o preço dos combustíveis, do diesel e da gasolina, mesmo porque, com essa crise internacional econômica e financeira que se abateu sobre o mundo, provocada mais pela política americana, o governo brasileiro prontamente - eu acho que até de uma maneira acertada, deputado Moacir Sopelsa - saiu em socorro dos bancos com bilhões de reais.

O próprio governo socorreu o setor da construção civil - e também quero crer que de uma maneira acertada - para manter os empregos nessa área, a fim de valorizar e incentivar um dos setores da economia que mais geram empregos e crescem no Brasil. O governo federal, do presidente Lula, também socorreu o comércio varejista, abrindo linhas de crédito para que os consumidores pudessem ter acesso aos produtos das lojas, principalmente agora durante o período das festas natalinas e de fim de ano.

É preciso que o governo também socorra o povo brasileiro de uma maneira geral, e isso se faz, neste momento, baixando o preço do combustível. Quando eu falava aqui sobre esse assunto, fui contrariado pelo deputado Pedro Uczai, que dizia, naquele oportunidade, que o meu discurso era fácil, porque quando a gasolina estava a US$ 150,00 o barril, o governo do presidente Lula, e é verdade, manteve o preço de R$ 2,60, R$ 2,50, assim como manteve o preço do óleo diesel.

Só que agora a gasolina caiu para menos da metade do preço em nível internacional, e hoje está a menos de US$ 150,00 o barril. E naquela oportunidade não fazia um discurso fácil, mas colocava a realidade das circunstâncias internacionais. E nós acreditamos que uma maneira de atender o povo brasileiro é baixar o preço do combustível.

E na semana passada fomos surpreendidos - e aqui eu quero chamar não a atenção, mas a participação dos deputados do PP - quando a ministra Dilma Rousseff deu uma entrevista dizendo que haveria a possibilidade de baixar o preço dos combustíveis.

Diz a notícia:

(Passa a ler.)

"A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) disse nesta quarta-feira que, com a queda no preço do barril de petróleo, os preços dos combustíveis e derivados deverão ter uma 'acomodação para baixo'.

[...]

'Eu acredito que nós vamos ter nos próximos meses, inexoravelmente, mantidas as tendências do preço do petróleo, uma modificação. Vai haver, a partir do momento que estabilizar o preço, uma acomodação para baixo', disse ministra, durante audiência pública na Câmara de Deputados."[sic]

Por isso, sr. presidente e nobres srs. deputados, nós hoje demos entrada a um requerimento, nesta Casa, endereçado à Petrobras e à Agência Nacional do Petróleo, fazendo um apelo aos representantes do povo de Santa Catarina para que o governo federal baixe o preço dos combustíveis. A grande beneficiada com isso vai ser a população brasileira. E não tem sentido o preço do combustível, da gasolina e do óleo diesel vendido no Brasil ter como parâmetro o preço do petróleo internacional. Se o preço do petróleo internacional baixou, não tem como o governo federal manter o combustível com esse preço aí colocado. Por isso a ministra Dilma Rousseff está certa quando prevê essa diminuição do preço do combustível.

Sr. presidente e srs. deputados, espero que esta Casa aprove o nosso requerimento que nada mais é do que um empurrão, um esforço, deputado Elizeu Mattos, para sensibilizar o governo federal de que não são só os banqueiros, os empresários da construção civil nem o comércio varejista que estão precisando de apoio durante essa crise que vai-se abater sobre o mundo. Não é uma marolinha que vai chegar ao Brasil, já sabemos disso, pois os desempregos já começam a acontecer nas grandes indústrias nacionais, e o povo brasileiro também precisa de um empurrão e de uma mão.

Uma maneira de ajudar o povo brasileiro é baixar o preço do combustível, porque assim baixará o custo de quem usa o transporte individual e, conseqüentemente, haverá grande possibilidade de baixar o preço das passagens dos ônibus intermunicipais e também dos que circulam dentro dos perímetros urbanos das cidades do Brasil.

Por isso espero que os deputados apóiem esse nosso requerimento que vem ao encontro da proposta da ministra Dilma Rousseff, que tenho certeza de que é uma ministra de bom senso e haverá de contribuir com o povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário do PMDB, ocupará a tribuna o sr. deputado Elizeu Mattos, pelo tempo restante do partido.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero aqui registrar a viagem que este deputado e o deputado Renato Hinnig fizeram a Buenos Aires, no último final de semana. Fomos participar de uma reunião da União de Parlamentares do Mercosul, onde fomos recebidos por parlamentares do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e do Chile.

Nesse encontro, deputado Edison Andrino, a grande preocupação dos argentinos era como estava Santa Catarina. Fomos com o objetivo de contar o que aconteceu no estado, que foi a tragédia localizada no vale do Itajaí. Mas também fomos pedir que os argentinos não deixassem de vir a Santa Catarina. Dei uma entrevista coletiva à imprensa; falei na reunião do Parlamento e no jantar de encerramento, onde estava reunida toda a classe supermercadista do país. Disse que o maior ato de solidariedade do argentino para com os catarinenses, já que o maior número de turistas são os argentinos, será o de continuarem passando as suas férias aqui no estado de Santa Catarina.

Eu faço este registro porque foi bastante importante a ida a Buenos Aires.

Hoje o jornal *O Estado de S.Paulo* traz publicada uma matéria do Mister Mailes, que fala alguma coisa sobre Santa Catarina. É uma folha importante, num grande jornal de circulação nacional, muito lida, que fala sobre a viagem.

(Passa a ler.)

"Quero destacar uma ação do jornalista Paulo Arenhart, que é funcionário desta Casa, secretário de Comunicação da prefeitura de Florianópolis.

Na edição de hoje do caderno *Viagem* do jornal *O Estado de S.Paulo*, Santa Catarina ganhou destaque especial graças a uma carta do Paulo encaminhada ao personagem Mister Mailes, que na verdade é uma figura fictícia que representa o editor daquele renomado caderno. Pois em um longo artigo, Mister Mailes, uma figura viajada que diz já ter conhecido 132 países e sete territórios ultramarinos, assume de público o compromisso de vir passar férias em Santa Catarina. Em seu artigo, Mister Mailes diz que se ainda tinha dúvidas, agora já sabe onde vai ancorar sua velha carcaça no verão que se avizinha.

Em resposta ao Paulo, ele diz: 'Eu entendo sua aflição. As tragédias naturais são freqüentemente sucedidas pelo preconceito, pela desdita da ignorância e pela catástrofe das decisões precipitadas. O senso comum leva as pessoas a acreditarem que uma inundação no vale do Itajaí vai acabar com as ondas da praia da Joaquina ou afugentar as baleias da praia do Rosa. É ridículo'!

Ele compara o temor de operadores de turismo com os incidentes recentes de Mumbai, na Índia, que geram cancelamentos em Bali, na Indonésia. E promete que virá a Floripa, até para pegar ondas com o nosso Guga Kuerten. Não vai convidá-lo para jogar tênis porque sabe que Guga não gosta de quadra de grama, e ele, Mister Mailes, só joga tens no green."

Isso é importante, é um pensamento, é um editorial de um grande jornal de circulação que fala a realidade, porque as pessoas confundem.

No dia em que fui viajar para a Argentina, um cidadão do Mato Grosso me perguntou no aeroporto qual era a parte de Florianópolis que estava alagada, deputado Peninha. Ele tinha a sensação de que chegaria ao aeroporto e colocaria o pé na lama e que estava tudo debaixo d'água. Essa era a sensação que ele tinha. Então, expliquei que a tragédia era localizada.

Srs. deputados, agora estamos na fase de recuperação do vale do Itajaí. Não podemos mais recuperar vidas e vai demorar para reconstruir as casas, as ruas. Mas temos que pensar que muitos outros catarinenses estão esperando pelo verão, quando há geração de emprego para nossa gente e de riqueza para o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Na ausência do representante do PTB, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que nos acompanha nesta sessão, quero falar aqui que ontem estivemos na cidade de Paraíso, extremo oeste do estado, deputado Herneus de Nadal, e vimos lá uma situação de muita seca. Paradoxalmente aqui no vale e no litoral norte está chovendo em demasia e lá no extremo oeste há uma situação de seca, torrando as plantações de milho, soja, etc.

Mas nós fomos até lá por um motivo inusitado, que foi o falecimento de um grande companheiro nosso, o cabo da reserva remunerada, Leonardo Taquara, que morreu na tarde de domingo, vitimado por um infarto.

Então, gostaria de aproveitar este espaço também para homenagear esse grande companheiro que, apesar da idade avançada, sempre que tínhamos assembléia, reunião ou alguma manifestação dos praças aqui na capital, saia lá da divisa da Argentina, andava mais de 20 quilômetros de estrada de chão, ia até São Miguel d'Oeste - agora o asfalto na BR-282 está quase pronto -, depois pegava o ônibus e vinha até a capital do estado, numa viagem que durava mais de 14 horas desde a sua casa até chegar aqui - e novamente eram mais 14 horas para retornar -, para participar de todas as reuniões da nossa entidade e Associação dos Praças de Santa Catarina.

Foi um companheiro que lutou por todas as causas e demandas justas da nossa categoria, e até agora nos últimos anos da sua vida batalhou muito também pelo cumprimento da Lei n. 254. O companheiro, sr. Taquara, faleceu no domingo à tarde de infarto. Estava meio adoentado, levantou no meio da tarde para tratar os bichos, voltou para casa, tomou banho, vestiu uma roupa limpa, incluindo a camiseta da Aprasc, a nossa associação, e deitou-se para descansar. Acabou falecendo ali e foi encontrado morto alguns minutos depois pela sua esposa, que também é uma pessoa da nossa relação e da nossa admiração.

Então, queremos aproveitar este espaço para fazer esta justa homenagem ao nosso irmão de farda, Leonardo Taquara, que trabalhou 35 anos na Polícia Militar e já estava aposentado há quase 20 anos. Ele sempre se dedicou e sacrificou-se em prol da sua categoria, pelos seus iguais e por todos os seus irmãos de farda, policiais e bombeiros militares. Essa é a nossa homenagem singela, mas justa.

Espero que esse nosso companheiro, Leonardo Taquara, sirva de exemplo a todos nós, servidores da segurança pública, na luta pela dignidade e por melhores condições de trabalho para todos os policiais e bombeiros, também naquilo que tange à questão salarial, ao pagamento da Lei n. 254. Ele esteve conosco em São Miguel d'Oeste há cerca de 30 dias em mais uma reunião, e estaria novamente conosco na semana que vem, aqui na capital, reivindicando o pagamento da Lei n. 254.

Então, a nossa homenagem a esse grande companheiro, e que ele possa servir de exemplo a todos nós.

Quero agradecer à disponibilidade desse espaço e falar também da luta que está sendo travada por outros tantos companheiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, pois diante da tragédia que enfrentou o estado de Santa Catarina, na região do litoral norte, especificamente no vale de Itajaí, milhares de companheiros do estado inteiro estiveram atuando sem descanso, muitas vezes de forma voluntária, nos horários de folga, dedicando todo o seu esforço, toda a sua capacidade para salvar vidas, pessoas, o nosso povo.

Por certo, se não fosse o trabalho de policiais, de bombeiros, muitas outras pessoas teriam morrido nessa tragédia, e aquela região teria tornado-se um caos, pelo nível de estresse, de envolvimento emocional das pessoas com a situação. O que garantiu a civilidade necessária foi justamente o trabalho dos policiais militares. E assim queremos homenagear todos eles e dizer que estamos retomando a luta...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Antes de entrarmos na Ordem do Dia, comunicamos que se encontra sobre a mesa um requerimento solicitando a suspensão da sessão para que o presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau faça uso da palavra, por até dez minutos.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero cumprimentar o sr. Moacir, representante da Ampe, e a empresária Morgana.

Quero também parabenizar a Fampesc e a Ampe, que estão com representantes em Brasília, pela articulação. Inclusive na minha fala, há pouco, citei a audiência agora às 17h com o nosso ministro Guido Mantega e também a de amanhã à tarde, com Paulo Kamoto, às 14h30min.

Sr. presidente, amanhã cedo estaremos na Caixa Econômica Federal, aqui do estado, junto com lideranças empresariais para discutir o capital de giro de R$ 50 mil que o governo federal lançou para as empresas poderem se organizar nesse próximo período.

Então, com certeza, quero parabenizar, mais uma vez, o Moacir pela exposição e pela luta que vem desenvolvendo em prol dos nossos micro e pequenos empreendedores do nosso estado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, tivemos a missão, na semana passada, de receber, na Presidência desta Casa, representantes dos micro e pequenos empresários de Blumenau, que foram atingidos nos últimos dias pelas enxurradas e cheias. O governo federal está fazendo a sua parte, recebendo hoje os micros e pequenos empresários no ministério da Fazenda, e amanhã também o sr. Paulo Kamoto, presidente do Sebrae.

Nós, parlamentares, sr. presidente, temos o dever, a missão e a responsabilidade de também pedir o empenho do governo do estado de Santa Catarina, no sentido de ajudar os micro e pequenos empresários, porque as medidas que o governador tomou irão beneficiar os grandes empresários e os micro e pequenos empresários estão fora dessa parcela.

Por isso é justa a reivindicação do sr. Moacir Curbani e da sra. Morgana, que fizeram uso da palavra nesta Casa, assim como de todos os representantes que se encontram aqui na Assembléia Legislativa, para que nós possamos, como representantes do povo catarinense, encaminhar ao governador do estado, através do seu líder, as reivindicações dos micro e pequenos empresários.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença deles aqui no Parlamento catarinense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único de Mensagem n. 0077/2008, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0515/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que autoriza a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas ou lâmpadas fluorescentes compactas ou de baixo consumo de energia, nos órgãos públicos da administração direta e nas autarquias do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, e os que votarem "não" o rejeitam.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, causa-me muita estranheza o veto do governador do estado, pois o mundo está discutindo a economia; recebi, inclusive, e foi assunto nas páginas de jornais, um elogio de representantes das nossas Centrais Elétricas de Santa Catarina parabenizando a autoria desse projeto.

Ontem, inclusive, quando faltou luz na minha casa, eu tive a liberdade de ligar para o 0800 da Celesc, e enquanto esperava o atendimento, deputado Herneus de Nadal, vinham mensagens dizendo o seguinte: "As pessoas têm que trocar as lâmpadas por aquelas mais econômicas. O governo do estado está fazendo a sua parte, a Celesc está fazendo a sua parte".

Estou propondo uma economia para o governo do estado, na troca de lâmpadas, e também para a melhoria do meio ambiente, e deparo-me com o veto do governador a um projeto de tamanha responsabilidade.

Então, causa-me estranheza o posicionamento da Celesc dando parabéns por esse projeto, fazendo propaganda dele no 0800, e vem o veto do governador! Alguma coisa está em dissintonia! Ou o governador ou a Celesc! Ou o governador não tem conhecimento desse projeto?! Se ele não tem conhecimento, peço ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal, que faça chegar ao governador do estado essa justificativa, porque inclusive a Celesc, que é uma autarquia governamental, está fazendo propaganda desse projeto.

Muito obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, esse projeto determina a todos os órgãos públicos da administração direta e indireta a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas ecológicas, e é óbvio que essa substituição gera um custo extremamente elevado. E na reserva de competências não está assegurado ao integrante do Legislativo determinar, dentro do princípio da harmonia entre os Poderes, que o Executivo cumpra uma determinada exigência feita pelo Legislativo, o que fere o art. 71 da nossa Constituição.

Por isso encaminhamos pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Pedimos aos srs. deputados que exerçam o seu sagrado direito do voto.

Está aberto o painel eletrônico de votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 27 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim", 12 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0075/2008, de origem governamental, que cria o Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina - Concidades/SC.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação em primeiro turno, com sua discussão encerrada, do Projeto de Emenda Constitucional n. 0003/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 103 da Constituição Estadual (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o autor do projeto, deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Solicito, sr. presidente, a retirada do projeto de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência atende ao pedido do deputado. Portanto, a matéria está retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0061/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o autor do projeto, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu gostaria que fosse retirado de pauta esse projeto porque, depois de conversarmos com as lideranças, chegaremos a um entendimento para que na próxima sessão possamos deliberá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em nome do entendimento e com a concordância dos srs. líderes, a matéria é retirada de pauta.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0078/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em instituições financeiras e outros estabelecimentos que operam com financiamentos, com informação da Lei Federal n. 8.078, de 1990, a qual assegura ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em sede de primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0613/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça.

Conta com parecer contrário das comissões de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0036/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do estado, que consolida a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação exige maioria qualificada e será feita no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" o rejeitam.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN

Votaram 29 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu me manifestei porque irei votar, e serei coerente, como agi na reunião da comissão da qual participei. Eu manifestei voto contrário ao PL n. 0613/2007 e gostaria que isso fosse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência pede à taquigrafia que proceda ao registro da declaração de voto do deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, aquele voto "não" no projeto é meu e eu gostaria que fosse retificado. Deveria ter sido "sim". Foi um escorregão no dedo.

Portanto, o meu voto é "sim" também, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Por culpa do equipamento tecnológico, o deputado Nilson Gonçalves consignou o voto "não".

Retificado o seu voto, o voto do deputado Nilson Gonçalves é "sim".

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0044/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do estado, que cria cargos no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Ao projeto foi acrescentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação exige quórum e votos de forma qualificada, na forma do Regimento, e por isso será feita no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" o rejeitam.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

A Presidência submete, com a concordância dos líderes, evidentemente, em deliberação o Projeto de Lei n. 0082/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0082/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dá nova redação ao § 1º do art. 1º e do art. 2º da Lei Estadual n. 11.225/1999, que trata do período de realização de concursos.

A matéria foi aprovada nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado Pedro Uczai, há necessidade de esclarecimento?

O Sr. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, estamos com dificuldades de compreender o mérito desta matéria e a bancada de Oposição tem dificuldades de colocar em votação o referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência sobresta e pede aos líderes que compulsem os autos com a assessoria para, se for possível, votarmos ainda hoje essa matéria.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, gostaria de saber se o autor da matéria, deputado Nilson Gonçalves, pode dar uma explicação sobre esse projeto tão importante. Eu gostaria que v.exa. nos falasse um pouco sobre esse projeto para que possamos votar com mais tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda há tempo para atender ao requerimento de v.exa.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar as matérias deliberadas há pouco em segundo turno e, posteriormente, em redação final.

(As lideranças aquiescem.)

Há a tácita concordância de todos os srs. líderes e assim procederemos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, para que isso se concretize, antes de encerrar a presente sessão, concede a palavra, pela ordem, ao deputado Nilson Gonçalves, para que possa dar esclarecimentos à deputada Professora Odete de Jesus.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, é muito simples explicar esse projeto aos srs. deputados.

Nós estamos fazendo uma emenda para que o segmento cristão da Igreja Adventista do Sétimo Dia não seja prejudicado quando ocorrerem concursos. Como v.exas. sabem, a Igreja Adventista do Sétimo Dia guarda o sétimo dia, o sábado, para não se fazer nada nesse dia, apenas se descansa por força do entendimento da igreja. Então, quando os concursos públicos são realizados aos sábados e há um filho de adventista ou alguém que professe essa religião que vai fazer esse concurso, não consegue fazê-lo por causa disso.

O que nós estamos tentando fazer, então, é o que muitos estados já fizeram, que é adaptar essa lei, no sentido de que não sejam realizados concursos públicos aos sábados, para evitar justamente esse tipo de problemas que tem o segmento da igreja adventista. Isso já acontece em outros estados e nós estamos tentando adequar aqui em Santa Catarina esse procedimento.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Exposta a didática manifestação do deputado Nilson Gonçalves, esta Presidência concede a palavra, pela ordem, ao deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com esse esclarecimento, porque nós também buscamos essas informações, a nossa bancada não se opõe tanto ao fato de não votarmos hoje à tarde esse projeto, como também vota favoravelmente, porque tem que respeitar a autonomia e a liberdade religiosa de uma parte da população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Assim sendo, vamos deliberar a matéria.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o Projeto de Lei n. 0082/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o projeto em primeiro turno.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h19, para a votação em segundo turno e a redação final das matérias.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 035ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h19, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Manifesta-se acerca do PL n. 0613/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pede esclarecimentos acerca do PL 0613/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos de imediato, conforme acordo com os srs. líderes, à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0036/2008, de origem do Tribunal de Justiça do Estado, que consolida a Divisão e Organização Judiciárias no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO MANOEL MOTA	

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0044/2008, de origem do Tribunal de Justiça do Estado, que cria cargos no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O projeto vai à votação na forma como foi aprovado no primeiro turno, ou seja, com a emenda modificativa de folhas 13.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DADO CHEREM
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JANDIR BELLINI
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO PEDRO UCZAI
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0078/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em instituições financeiras e outros estabelecimentos que operam com financiamentos, com informação da Lei Federal n. 8.078, de 1990, a qual assegura ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0082/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dá nova redação ao § 1º do art. 1º e ao art. 2º da Lei Estadual n. 11.225, de 1999 (período de realização de concursos).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0613/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Conta com parecer contrário das comissões de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu já me manifestei contrário a esta matéria na votação em primeiro turno. Essa matéria é meritória, nós já a discutimos e ela, inclusive, teve um parecer muito grande, cerca de dez páginas, do deputado Renato Hinnig sobre essa questão.

Essa matéria foi rejeitada tanto na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, da qual eu faço parte, como na comissão de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, ainda com um parecer meu. É uma matéria que nós podemos aprovar aqui, mas diante do estudo feito, inclusive, pelo Banco Central, é uma matéria que nós vamos aprovar para vir o veto.

O autor da matéria é o deputado Nilson Gonçalves. Vou fazer um resumo: praticamente ninguém pode negar-se a receber no seu estabelecimento um cheque. Não interessa se a pessoa abriu uma conta ontem, se ela tem bons antecedentes ou não, basta chegar a qualquer estabelecimento comercial e a pessoa é obrigada a receber o cheque. Trata-se de uma matéria nacional e não é uma lei estadual que vai determinar isso. Acho que estamos votando aqui um projeto que vai voltar com veto.

Eu solicito a votação nominal no segundo turno, sr. presidente!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não é encaminhamento de votação, sr. presidente, mas só acho que o autor dessa matéria deveria explicá-la melhor porque, pela explicação do deputado Elizeu Mattos, eu não tenho conhecimento para votar um projeto dessa natureza. Consultei vários deputados que estão ao meu redor e nenhum deles têm conhecimento do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência sobresta a votação em segundo turno para melhores esclarecimentos e tão logo esclarecida, submeteremos a matéria à votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu ia fazer o mesmo pedido. V.Exa. antecipou o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento de v.exa., então, está atendido por antecipação.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h26, para votação da redação final das matérias.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 036ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h26, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Reporta-se à indicação de sua autoria que pede ação do estado para evitar epidemia de hepatite A nas cidades atingidas pelas cheias.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação de moção de sua autoria solicitando a duplicação da BR-280 entre os municípios de Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Cumprimenta os extensionistas rurais pela passagem do Dia do Extensionista.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de vereadores eleitos de Guaramirim.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aborda a solidariedade dos voluntários para com a população do vale do Itajaí atingida pelas cheias.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Refere-se aos recursos necessários à recuperação dos municípios atingidos pelas enchentes.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à taxa cobrada na compra de veículos financiados.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda o índice de aprovação do presidente Lula; comenta a liberação de recursos federais para os prejuízos com as cheias no estado; refere-se à burocracia no atendimento aos atingidos pelas cheias.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Refere-se aos recursos federais liberados para o estado em função das cheias.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Aborda as dificuldades burocráticas no atendimento aos flagelados.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Sugere a criação de comissão parlamentar externa para acompanhar a distribuição de valores ou bens materiais aos flagelados.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comenta a distribuição de recursos aos flagelados.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Aborda a liberação de recursos pelo governo do estado aos flagelados.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Reporta-se ao ataque de cães *pit bull* que aterrorizaram algumas famílias; comenta a necessidade de recuperação de trecho da BR-282 em Santo Amaro da Imperatriz.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta o curso para sargento na Polícia Militar; aborda o trabalho do Corpo de Bombeiros nas enchentes; refere-se ao pagamento da Lei n. 254.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos de imediato à Ordem do Dia para a votação da redação final das seguintes matérias:

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0075/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0036/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0044/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0078/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0082/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Consulto se o deputado Nilson Gonçalves deseja explicar o projeto, conforme requerido pela deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu poderia perfeitamente explicar aos srs. deputados. Atendendo ao conselho de alguns colegas da base e entendendo que a minha explicação pode não convencer alguns companheiros, eu peço a v.exa. que, se possível, votemos amanhã. Se não for possível, eu irei explicar, mas se for possível votar amanhã, eu tentarei convencer alguns companheiros que ainda estão em dúvida em relação a isso para que não tenhamos problemas na aprovação da matéria. Eu tenho certeza absoluta de que é uma matéria que vem ao encontro dos interesses das pessoas que utilizam cheques em estabelecimentos comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A matéria já está aprovada em primeiro turno e virá à Ordem do Dia de amanhã em segundo turno.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica atendido o requerimento do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0454/2008, de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar; 0455/2008, de autoria do sr. deputado Kennedy Nunes; 0456/2008, 0457/2008, 0458/2008, 0461/2008, de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça; 0459/2008 e 0460/2008, de autoria do sr. deputado Silvio Dreveck; 0462/2008 e 0467/2008, de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima; 0463/2008, de autoria do sr. deputado Serafim Venzon; 0464/2008 e 0465/2008, de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli; conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apesar de, neste momento, ser deputada estadual, a minha formação acadêmica é na área da saúde, sou enfermeira, e uma grande preocupação das cidades atingidas pelas chuvas é a transmissão de doenças. Acho que, quanto à leptospirose, ao tétano e a outras doenças, está havendo um controle, mas a prevenção da hepatite A é de fundamental importância.

Sr. presidente, tenho assistido nos meios de comunicações que diversos municípios estão fazendo um alerta para a população, dizendo para ferver a água, deputada Professora Odete de Jesus, durante 15 minutos. Esse é o alerta que estão fazendo.

Por isso a minha manifestação ao secretário do estado da Saúde é no sentido de que a população de Blumenau, Gaspar, Itajaí e Ilhota, cidades atingidas pelas águas, seja vacinada em massa contra a hepatite A. Há risco, sr. presidente, inclusive, de acontecer uma epidemia de hepatite A nesses municípios. E ninguém está alertando para essa doença que pode contaminar um grande número de pessoas, já que a contaminação pode ocorrer pela água.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A indicação de v.exa. será encaminhada na forma do Regimento Interno, deputada Ana Paula Lima.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão, cumprimentando-o pela posse na presidência daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, ao governador do estado, ao diretor da Defesa Civil Estadual e ao comandante-geral da Polícia Militar, cumprimentando-os pelas ações emergentes e decisões tomadas referentes ao amparo e resgate às vitimas das enchentes que assolaram nosso estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de: Ilhota, Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Guaramirim, Penha, Massaranduba, São Francisco do Sul e Piçarras, cumprimentando-os pela brilhante participação nas ações emergentes de amparo e resgate às vítimas das enchentes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Contabilistas de Canoinhas e região, cumprimentando-o pela posse no cargo daquele sindicato.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Integração ao Cego, cumprimentando-o pela realização do Seminário Nacional de Turismo para Pessoas com Deficiência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis, cumprimentando-o pelas festividades alusivas ao encerramento do ano.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense do Ministério Público Estadual, em Florianópolis, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça e ao diretor do Fórum da Comarca de Joinville, cumprimentando-os pela instalação da 4ª Vara Criminal naquela comarca.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador-geral do Ministério Público, ao presidente do Tribunal de Contas e ao chefe da Controladoria Regional da União no estado, cumprimentando-os pela realização do evento de mobilização referente ao Dia Internacional de Combate à Corrupção.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Vargem, São José do Cerrito, São João do Oeste, Riqueza, Rio Rufino, Planalto Alegre, Passos Maia, Leoberto Leal, Lajeado Grande, Guatambu, Campo Belo do Sul, Barra Velha, Anita Garibaldi, Angelina, Águas Frias e Lindóia do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul, cumprimentando-o pelas ações emergentes de socorro e amparo às vítimas das enchentes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora da Escola de Ensino Fundamental Mont'Alverne, de Ituporanga, cumprimentando-a pela passagem do 60º aniversário de fundação daquela instituição de ensino.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Descanso, Caxambu do Sul, Águas de Chapecó, São João do Oeste, Riqueza, Planalto Alegre, Guatambu e Águas Frias, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao diretor do Fórum da Comarca de Joinville, cumprimentando-os pela instalação da 4ª Vara Criminal naquela comarca.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao administrador da empresa Malwee Malhas, ao superintendente da empresa Duas Rodas e ao presidente da empresa Dudalina, cumprimentando-os pela premiação como líderes empresariais concedida pela *Gazeta Mercantil*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da TV Bela Aliança, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação daquela emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o encerramento da tramitação do Projeto de Lei n. 0207/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Detran, apelando por medidas para prorrogação do prazo para execução das novas exigências de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, ao ministro da Defesa, às Forças Armadas, ao governador do estado, ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar e Voluntários do estado, ao comandante-geral da Polícia Militar, ao diretor da Defesa Civil do estado, ao presidente da Celesc, ao superintendente do DNIT, ao diretor do Deinfra, ao presidente do Besc, aos superintendentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, cumprimentando-os pela expressiva atuação frente ao estado de calamidade ocasionado pelas chuvas em Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Paulo Ricardo Bruschi, cumprimentando-o pela eleição como presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, solicitando a alteração do nome do Fórum Permanente de Aprimoramento do Sistema de Proteção contra Enchentes em Santa Catarina para Fórum Permanente de Prevenção e Contenção de Desastres Naturais de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita a apreciação em regime de prioridade dos Projetos de Lei n.s: 0173/2008, 0369/2007; 0583/2007; 0029/2008, 0008/2008 e 0024/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando acompanhamento junto ao ministério da Integração Nacional das obras de redragagem do rio Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Genésio Goulart, a ser enviada ao ministro da Integração Nacional, solicitando verbas para a redragagem do rio Tubarão e para estudos relacionados à bacia daquele rio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente da República, solicitando a disposição de linha de crédito especial com custos mínimos e incentivos fiscais às empresas catarinenses sediadas nos municípios atingidos pela recente enchente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro dos Transportes e ao diretor de Infra-Estrutura Rodoviária do DNIT, solicitando a duplicação da BR-280 entre os municípios de Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, esta moção é importante porque a duplicação da BR-280, que liga São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul, é um sonho, um anseio da comunidade há muitos anos.

Há seis anos o governo federal vem anunciando que está tomando providências para abrir a licitação da duplicação dessa BR e ainda hoje isso não aconteceu. Agora, com a danificação do porto de Itajaí, o tráfego nessa BR que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul vai ser impossível. Além disso, com a temporada nós temos muitos engarrafamentos, por horas, para ter acesso às praias de São Francisco, Enseada e Barra do Sul.

Portanto, estamos solicitando que o governo federal tome providências urgentes no sentido de abrir licitação e fazer a duplicação dessa rodovia tão importante em termos turísticos e econômicos para a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em votação.

Os demais srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a Moção n. 0176/2008.

Moção de autoria do deputado Edison Andrino, a ser enviada ao ministro de Minas e Energia e ao presidente da Petrobras, solicitando a redução do preço dos combustíveis tendo em vista a queda da cotação do barril de petróleo no mercado internacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os critérios estabelecidos para a contratação de professores auxiliares para atender os alunos portadores de necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Edson Dias (Piriquito), a ser enviado aos secretários de Educação e do Desenvolvimento Regional de Itajaí, solicitando informações sobre as reformas efetuadas nas escolas públicas estaduais em Balneário Camboriú, no período de 2006 a 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao presidente da Fatma, solicitando informações da confirmação da existência de avaliação técnica e cópia do parecer elaborado pelos técnicos dessa fundação com relação ao decreto que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia.

Antes de passarmos à Explicação Pessoal, a Presidência consulta os srs. líderes se podemos realizar a reunião de líderes, amanhã, às 11h, para tratar das sessões da próxima semana quando teremos inclusive a votação do Orçamento.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos líderes, convoco uma reunião, amanhã, no gabinete da Presidência, às 11h, para deliberarmos sobre o encerramento do ano, a votação do Orçamento e as demais matérias.

A reunião então será realizada amanhã, às 11h.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Não foi possível em tempo encaminhar a v.exa. um requerimento para cumprimentar todos os extensionistas rurais, os engenheiros agrônomos, porque, no último dia 06, foi comemorado o Dia do Extensionista.

Então, quero aqui, de forma pública e aberta, em nome deste Parlamento, cumprimentar esses profissionais pelo seu dia, principalmente aqueles que atuam na Epagri, que é a nossa empresa estatal, desejando-lhes muito sucesso, muitas realizações e muito trabalho em prol do desenvolvimento do campo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência considera aprovado este requerimento e, tão logo chegue à assessoria, serão tomadas as providências, uma vez que se trata de um requerimento singelo e meritório.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, queria saudar aqui os dois vereadores eleitos de Guaramirim, Saulo e Marcos, que estão nas galerias desta Casa acompanhando os nossos trabalhos, bem como trazendo suas reivindicações com relação à votação do Orçamento de Santa Catarina para o próximo ano.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

Logo após falará o deputado Reno Caramori, a deputada Ana Paula Lima e o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente e srs. parlamentares, quero aqui nesta tarde relatar o trabalho que fizemos no último final de semana visitando os abrigos no município de Blumenau e também visitando várias cidades do vale de Itajaí, vendo novamente como estão as coisas, acompanhando de perto a catástrofe que assolou o vale de Itajaí, e realmente pudemos observar várias coisas tristes.

Uma coisa que observei deixou-me muito feliz, e é por isso que assomo à tribuna hoje. Quero não só falar de tristeza, mas falar de algo, srs. parlamentares e toda sociedade catarinense, que me deixa muito feliz. O que nós vimos, deputado Serafim Venzon, acompanhando de perto os abrigos e o trabalho que está sendo feito nos municípios, de pessoas voluntárias ajudando, é algo inexplicável!

Fui almoçar num local e encontrei pessoas que estavam trabalhando, separando os donativos, as roupas, os alimentos. E lá, almoçando, deputado Décio Góes, encontrei várias pessoas, por exemplo, de Florianópolis. Elas estavam lá como voluntários, separando roupas. Também havia pessoas de Criciúma. O próprio deputado Manoel Mota, quando esteve na Vila Germânia, teve a oportunidade de conhecer e relembrar pessoas de Araranguá as quais estavam ajudando a comunidade de Blumenau. É isso o que me deixa feliz, a solidariedade do povo catarinense não só na questão de doação de roupas, de alimentos, de doação de dinheiro - e hoje o próprio diretor da Defesa Civil Márcio disse que nas contas para doação de pessoas físicas, deputado Manoel Mota, já existe quase R$ 21 milhões -, mas a solidariedade do povo indo lá doar o seu trabalho, o seu ânimo, a sua dedicação e a sua disposição para com o próximo.

Nós tivemos a oportunidade de ver isso, quando fomos até lá com a comissão na quinta-feira, quando fomos, no final de semana, visitar cada abrigo, verificar cada local, e havia muito gente. Só uma comitiva no domingo, deputado Dagomar Carneiro, veio de Presidente Getúlio com 50 pessoas para ajudar no trabalho e separar roupas. Havia médicos, advogados, economistas, pessoas de todas as profissões, donas-de-casa, separando roupas, descarregando, carregando caminhão, levando cestas básicas no ombro, ajudando o próximo que precisa.

Eu queria falar hoje sobre isso, porque o que vemos é emocionante!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado, Manoel Mota, ouço v.exa. com muita satisfação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., eminente deputado Jean Kuhlmann, e parabenizá-lo pelo trabalho que conduziu liderando uma parte importante da bancada e no Fórum Parlamentar Catarinense em defesa dos

desesperados naquele momento. Foi um trabalho do qual participamos desde a parte da manhã em Itajaí. Quer dizer, ver de perto o sentimento, o sofrimento da população foi fundamental, pois vimos a garra daquelas pessoas.

Eu até quero cumprimentar o povo de Blumenau por isso. Viram aquilo tudo desabado, suas casas caídas, tudo destruído, mas levantam a cabeça e partem para frente, junto com o prefeito municipal. Temos que cumprimentá-los por essa garra.

Em outros municípios vimos que as pessoas estavam cabisbaixas e o prefeito dizendo que não sabia nem por onde começar, não sabia nem o que fazer. Tem outra coisa, nos vários municípios em que os prefeitos não foram felizes na eleição e que deixam o mandato no final do mês, que não tem dotação, aí podem dizer: Mas tem como fazer? Não precisa licitar na calamidade pública? Mas como é que se vai fazer, não há dotação orçamentária? E no fim do mês eles deixam o mandato. Então é uma preocupação muito grande.

Eu até queria marcar hoje para que sentássemos com o governador, porque precisamos autorizar as secretarias de Desenvolvimento Regional para poder fazer aquela ação nos municípios, porque não vai dar para esperar.

Precisamos pedir também que esse dinheiro que vem para os municípios não demore, porque os municípios ficaram isolados e têm que recuperar suas pontes e estradas. Depois vem o dinheiro, aí já foi feito, não tem como ir para a prestação de contas e acaba se perdendo. Mas quem perde é a população, a comunidade.

Então, acho que foi um trabalho importante visitar todos aqueles municípios, pois foi possível fazer uma avaliação, foi possível sentir no corpo e na alma o sofrimento daquela população.

Sabemos perfeitamente que os berços dos portos de Itajaí tiveram um prejuízo irreparável, mas estão tentando com o que sobrou começar a operar a partir do dia 15.

Acho que esse é um momento de solidariedade, que Santa Catarina tem que dar uma volta por cima, porque o Brasil inteiro, pessoas do mundo inteiro, até o Papa, estão solidárias e olhando para a questão de Santa Catarina.

Espero que continue entrando dinheiro na conta para se poder recuperar não só os bens públicos, mas também para ajudar aqueles que não têm casa, não têm carro e nem seu terreno, porque até o terreno desbarrancou e não têm mais nada.

Então é preciso, neste momento, olhar com muito carinho, atenção, amor e solidariedade aos nossos irmãos que ontem respiravam felizes e hoje estão cabisbaixos. Quanto à recuperação dos bens públicos continuaremos a lutar e a implementar, mas as pessoas e as empresas daqui a pouco serão esquecidas. É necessária uma linha de crédito para as empresas se recuperarem, buscarem matéria-prima e capital de giro, bem como recursos para reconstrução.

Então, é dentro desta linha que o nosso fórum parlamentar tem que ajudar, buscando respostas para que Santa Catarina retome toda a situação e dê condições de igualdade para que aqueles que sofreram possam respirar novamente.

Parabéns, deputado, pelo lindo trabalho que vem desempenhando e que nós estamos acompanhando.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero realmente agradecer, deputado Manoel Mota, a todos os voluntários.

E quero também aproveitar, já que v.exa. tocou no assunto, para agradecer a v.exa., deputado Manoel Mota, ao deputado Serafim Venzon, ao deputado Sargento Amauri Soares, ao deputado Jandir Bellini, ao deputado Kennedy Nunes, ao deputado Narcizo Parisotto, ao deputado Dado Cherem, que estiveram, na última quinta-feira, justamente também conversando com os prefeitos e vendo o trabalho que está sendo feito no vale do Itajaí.

Nós fazemos parte de uma comissão que já foi criada em junho deste ano para atuar aqui no estado de Santa Catarina com a questão dos desastres naturais, justamente para trabalhar a prevenção e a ação no sentido de evitar que isso volte a acontecer.

Essa comissão foi até lá. E quero aqui novamente agradecer ao prefeito de Itajaí que nos recebeu muito bem, mostrou o trabalho que está sendo realizado, o que vai ser feito no porto de Itajaí, a sua angústia.

O prefeito de Brusque, Ciro Roza, estava lá. Também visitamos o município de Brusque, deputado Dagomar Carneiro. Fomos também visitar o prefeito de Gaspar e depois o prefeito de Blumenau. Por incrível que pareça, srs. deputados, a grande angústia dos prefeitos é o fechamento das contas este ano, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E aí seria muito importante esta comissão - e isso, deputado Manoel Mota, nós temos que fazer -, falar com o governador e pedir, em nome desses prefeitos, para que uma parte dos recursos destinados às contas em forma de doação possa ser utilizada pelas prefeituras para pagar justamente aquela despesa emergencial, do combustível, do carro, que vai lá levar comida para quem precisa para não passarem fome. Seria para pagar a despesa do combustível da máquina que tem que abrir a rua, ou seja, aquelas despesas emergenciais que o prefeito é obrigado a fazer e por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal vai ter dificuldades na prestação de contas.

Hoje, por exemplo, recebi três ligações da localidade de Belchior, em Gaspar. Eles estão precisando de máquinas para abrir a rua, para retirar escombros e a prefeitura não tem como fazer isso por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, por causa do fechamento das contas.

E é esse assunto, deputado Manoel Mota, que temos que falar com o governador, que está sendo uma pessoa extremamente atenciosa. Inclusive, quero dar a mão à palmatória e dizer que o governador foi até o Morro do Baú, o que nunca vi governador algum fazer, com coragem, com retidão; sua excelência está enfrentando os desafios.

É importante que essa comissão que foi *in loco* verificar o trabalho maravilhoso que está sendo feito pelos catarinenses, verifique também a necessidade das prefeituras e converse com o governador para buscar as soluções necessárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o ilustre representante do vale do Rio do Peixe, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, também na mesma linha do deputado Jean Kuhlmann, quero dizer que a Associação dos Ex-atiradores do Tiro de Guerra de Caçador encaminhou 45 pessoas durante todo o fim de semana para auxiliar os nossos irmãos da região de Blumenau e Ilhota. Meus cumprimentos aos organizadores daquele grupo pela solidariedade, pelo trabalho, além de todos os donativos, pois foi uma verdadeira loucura a quantidade de donativos que saiu da nossa região.

Srs. deputados, sra. deputada, cada vez mais eu acredito na ação da Justiça. Nós sabemos que a partir do dia 12 de novembro a Justiça passou a reestudar mais uma tentativa de cobrança, através do Detran e dos cartórios, da taxa para o registro dos contratos de compra e venda de veículos.

O juiz, dr. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, assim se pronunciou:

(Passa a ler.)

"Propõe o Ministério Público do Estado de Santa Catarina ação coletiva de consumo, com pedido de tutela antecipada, em desfavor do Estado de Santa Catarina, em face da Portaria n. 0039/2008, a qual passou a exigir, a partir do dia 12 de novembro de 2008, o registro dos contratos de alienação fiduciária de veículos automotores a serem emplacados neste Estado, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Santa Catarina."

E acolhendo a denúncia do Ministério Público, assim decidiu o juiz:

(Continua lendo.)

"[...]

Assim, diante do todo o exposto, DEFIRO a liminar perseguida, determinando que os Órgãos de Trânsito expeçam o Certificado de Registro de Veículo - CRV e o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo - CRVL, independentementede registro do contrato de alienação fiduciária do automóvel no Cartório de Títulos e Documentos, quando for o caso.

Determino, ainda, a proibição da edição e qualquer outro ato administrativo estadual visando à prática de atos similares ao da Portaria 039/DETRAN/ASJUR/2008, até o findar desta lide.

Considerando a reiterada prática nefasta do réu e fitando o resultado prático da presente ação, fixo desde já multa-diária, acaso haja o descumprimento da presente decisão, no patamar de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), a ser revertido ao Fundo de Reparação de Interesses Lesados do Estado de Santa Catarina.

Cite-se.

Cumpra-se e intime-se com urgência.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2008.

Luiz Antônio Zanini Fornerolli

Juiz de Direito."[sic]

Srs. deputados e sra. deputada, acabo de fazer a leitura, um pouco prejudicada pelas lentes dos óculos emprestado, mas é a realidade. É a quinta vez, meus amigos catarinenses, que há a tentativa da cobrança de um percentual que nós entendemos desnecessário e prejudicial à sociedade catarinense quando da aquisição de um veículo pela Portaria n. 39, como através de outros convênios desde 1997, que tentam lesar o nosso catarinense.

Denunciamos isso já no dia 12 de novembro. Aliás, essa portaria foi assinada no dia 11/11/2008, exatamente há onze anos da primeira tentativa, que foi em 1997.

Por isso, nós saímos mais uma vez em defesa da comunidade, em defesa do consumidor, por um direito adquirido pelos seus atos dignos de cidadão em adquirir um bem e não ser taxado duplamente para registrar o seu veículo no Detran. O certificado, o documento hábil para circulação, para comercialização do veículo e para a garantia da financeira é o certificado de registro no próprio Detran, que é o certificado de propriedade do veículo, onde consta, explicitamente, a alienação fiduciária em favor do banco ou de uma financeira.

Portanto, eu quero parabenizar mais uma vez a agilidade do Ministério Público e do juiz que concedeu a liminar, mostrando a inconstitucionalidade e a duplicidade da cobrança desses valores. Eu espero que a Justiça agora também atue em defesa daqueles que já recolheram essa taxa desde o dia 12/11/2008 e que sejam obrigados a ressarcir os valores pagos aos compradores de veículos. Por isso, quero crer que a Justiça atuará novamente em defesa da nossa comunidade.

Srs. deputados, depois de tudo isso espero que isso não aconteça mais, porque essa cobrança já veio quatro vezes em termos de convênio. A quinta vez, a quinta tentativa foi em termos de contrato, tentando até manipular a terminologia com o mesmo objetivo. Convênio, contrato, quando na realidade o que estava sendo feito era a cobrança para financiar o seu automóvel. A Justiça atuou com muita rapidez dentro do limite do prazo mínimo necessário para formatar a ação, através do Ministério Público e para despacho da liminar do juiz.

Parabéns! É bom saber que ainda temos em Santa Catarina muitos que saem em defesa do consumidor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrita para falar a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, muito foi falado aqui sobre enchentes, sobre enxurradas e sobre burocracia. Em alguns aspectos até vou concordar, mas vou começar a minha fala, deputado Pedro Uczai, líder do nosso partido, sobre um assunto muito bom, principalmente para a bancada do Partido dos Trabalhadores e para o povo brasileiro, qual seja, o índice de aprovação do presidente Lula, sobre o qual hoje ninguém aqui falou.

Engraçado, quando as coisas estão bem ninguém elogia, quando as coisas estão ruins todo mundo vem criticar. Temos que dar a mão à palmatória, sr. presidente, para as coisas boas e para as coisas ruins, porque essa é a nossa função como parlamentares.

A aprovação do presidente Lula bate novo recorde, ou seja, 70% dos brasileiros consideram ótimo ou bom o governo do nosso presidente. É o que diz o jornal *A Folha de S.Paulo.* Se calcularmos juntamente os 23% que consideram regular, vamos ter um governo com 93% de aprovação, o que é um recorde só visto antes na década de 90.

Por isso, sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, vou começar o meu assunto dessa forma porque o povo de Santa Catarina, deputado Reno Caramori, está aprovando, sim, as iniciativas do presidente Lula, principalmente as relativas às enchentes e enxurradas no vale do Itajaí, onde foi pessoalmente e para onde mandou os seus ministros. Hoje, por exemplo, na cidade de Blumenau está o ministro das Cidades, que depois vai a Itajaí para verificar *in loco* os problemas lá existentes. Vieram os ministros da Integração Nacional, da Saúde, da Defesa, da Comunicação e dos Transportes para ouvir a nossa gente.

Daí eu me questiono, deputado Dagomar Carneiro, sobre a demora que inquieta os prefeitos. Inclusive, hoje alguns meios de comunicação publicaram que o governo federal não havia liberado dinheiro. Imediatamente pedi um relatório que esclarecesse se foi ou não liberado dinheiro, srs. parlamentares, porque dizem que o governo federal não liberou. Contudo, recursos foram liberados ontem.

Tivemos uma reunião, em Blumenau, com o senador Delcídio Amaral, com a senadora Ideli Salvatti, com o senador Raimundo Colombo, com parlamentares federais e estaduais e lá foi anunciada a liberação do dinheiro. No entanto, tiveram coragem de dizer que não houve a liberação desse dinheiro. A reunião foi sexta-feira, ontem foi segunda-feira, dia 8, e o recurso foi liberado ontem. E pasmem, srs. deputados, foram sacados ontem pelo governo do estado R$ 45 milhões. Liberados ontem e sacados ontem. Está aqui o documento! E falam de burocracia! Só se é outro tipo de burocracia, porque do governo federal não é.

Hoje mesmo, deputado Décio Góes, às 17h30min, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estará com empresários e lideranças políticas atendendo as reivindicações. Dizem que isso não é agilidade? Dizem que isso é burocracia? O que é isso? Nunca se fez tanto em tão pouco tempo. Agora, a minha preocupação é a seguinte: para onde vai o dinheiro?

Na semana passada, na cidade de Blumenau, veio uma senhora, de nome Érica, falar comigo dizendo que abrigou 22 pessoas em sua casa. Ela me disse: "Ana Paula, nós precisamos de colchões porque as pessoas voltam para suas casas e não os têm". Imediatamente peguei o telefone e liguei para o secretário da Ação Social, sr. Mário Hildebrando, para dizer que as pessoas não tinham colchões. Liguei na sexta-feira, no sábado e no domingo para saber se os colchões haviam sido liberados. Retornei a ligação e parece-me que hoje, terça-feira, serão liberados.

A minha preocupação é essa! Querem liberar o dinheiro? Eu quero e faço questão, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que é relator do fórum, de dizer que as pessoas mais humildes estão recebendo os recursos, porque há uma ganância muito grande para liberar o dinheiro. Quem será que vai receber esse dinheiro?

Pasmem, srs. deputados, enquanto ontem o governo federal liberou R$ 45 milhões que foram sacados pelo governo do estado, a secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau - e está aqui na imprensa - recebeu R$ 1 milhão. O que é R$ 1 milhão para uma Regional que atende oito municípios? Até a secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, deputado Dagomar Carneiro, que atende oito municípios?

Quero cumprimentar o prefeito de Balneário Camboriú, que está dando para cada família atingida R$ 830,00 - dois salários mínimos - para recomeçar. Só o prefeito de Balneário Camboriú, deputado Sargento Amauri Soares, vai liberar recursos na ordem de R$ 5 milhões. E os prefeitos das outras cidades estão liberando quanto? O governador do estado liberou R$ 1 milhão para uma Regional, enquanto o prefeito de uma cidade está liberando R$ 5 milhões. Façam a conta, srs. parlamentares! Existe muita burocracia para atender pessoas que ainda estão dormindo no chão, que estão em abrigos, em igrejas. São essas pessoas mais humildes que temos de defender.

Então, contradizer burocracia? Burocracia é não podermos deixar de fiscalizar, deputado Décio Góes! E v.exa. falou muito bem sobre isso hoje na reunião de bancada.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Fico preocupado, pois foi criado um grupo com o Tribunal de Contas e com Ministério Público para fiscalizar a aplicação dos recursos. Quais serão os critérios utilizados? Como será a distribuição? Quais as políticas públicas que serão feitas com esses recursos que estão sendo captados? Tanto os R$ 21 milhões que a sociedade doou, quanto todo esse dinheiro que veio do governo federal e o que o estado deve colocar do seu Orçamento também. São ações emergenciais, mas quais os critérios a serem utilizados? De que forma os municípios podem se credenciar? Como o dinheiro irá chegar às pessoas? Quais as políticas a serem adotadas? Porque assim esse dinheiro teria mais eficiência e seria um critério público, transparente.

Então, deveria haver uma comissão para fazer esse tipo de trabalho. E essa é uma grande preocupação que temos também no bojo de toda essa discussão que a nobre deputada faz.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputada, só quero citar um exemplo do que é burocracia: no sábado, dia 28 de novembro, fomos até Belchior, porque não havia acesso por Gaspar, era preciso ir até Blumenau e estava faltando medicamentos, soro fisiológico, pomada para queimadura e tivemos que parar numa farmácia em Blumenau e comprar, porque uma prefeitura não poderia ceder para outra. Há muita gente se propondo a ser voluntário, mas não achando a forma de ser aceito ou de poder contribuir. E isso também foi possível verificar lá na região.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Srs. deputados, o povo mais humilde tem que ser atendido!

Ontem em Blumenau havia uma fila enorme para recadastramento. E algumas pessoas vieram me dizer que já haviam se recadastrado quatro vezes e que não iriam mais fazê-lo! O que é isso? Que falta de informação! E esse povo ainda está dormindo no jornal, sem colchão, que eu pedi na sexta-feira e até hoje ainda não tinham entregado para a pessoa! É essa a burocracia que nós temos que evitar!

O recadastramento começou ontem e vai até sexta-feira. As pessoas ainda estão procurando seus documentos no meio da lama! Então, os R$ 45 milhões que foram liberados ontem pelo governo federal e sacados ontem mesmo pelo governo do estado, têm que chegar na casa da dona Érica, da dona Maria, do sr. João e aos micro e pequenos empresários.

Por isso o deputado Décio Góes falou uma coisa certa: a Assembléia Legislativa tem o dever, todos os 40 parlamentares têm o dever de fiscalizar para onde vai esse dinheiro. Quanto chega, quanto sai e para aonde vai.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputada, realmente a preocupação é grande. Eu até daria a sugestão de, talvez através da comissão de Meio Ambiente, acharmos um meio de criar, neste Parlamento, uma comissão parlamentar externa para acompanhar a distribuição dos valores, quer pecuniários, quer materiais. Seria de bom alvitre criarmos uma comissão parlamentar externa para acompanhar, não fiscalizar, porque é muito dinheiro que vai ser manuseado e talvez seja importante a Assembléia Legislativa participar auxiliando. Não se trata de criar problema, em absoluto, seria uma comissão para auxiliar o processo de distribuição, a fim de que se contemple todos aqueles que realmente precisam. Essa é a sugestão que eu deixo para a Mesa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ótima sugestão! Acho que é um dever desta Casa acompanhar esses recursos, porque eu não posso mais ouvir as pessoas reclamando da burocracia, a burocracia do Executivo em não atender nas suas necessidades as pessoas atingidas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, antes de falar sobre o governo do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, a crise mundial brasileira e a tragédia, quero fazer três observações colaborando com o deputado Décio Góes e, principalmente, com a deputada Ana Paula Lima.

Nós, deputados, estamos falando sobre a necessidade de fiscalizar em função da preocupação com os inúmeros recursos que virão do governo federal e a desconfiança que existe em situações de calamidade pública porque não se faz licitação, até em virtude da urgência, da emergência que uma tragédia dessa natureza demanda.

Mas quando ouvimos lá na base, deputada Ana Paula Lima, que precisamos fiscalizar para onde irá todo esse dinheiro, que existe excesso de burocracia, eu quero dizer o seguinte aqui: nós temos que cuidar, o povo de Santa Catarina, principalmente da área atingida, tem que cuidar para que esse dinheiro chegue às pessoas atingidas; temos que evitar a corrupção, essa é a palavra. Temos que cuidar porque senão vai haver corrupção, vai haver chucho, vai haver desvio de dinheiro público. Muitos se aproveitam da tragédia. Não é só a pessoa que levou a televisão para casa em vez de levar comida, não! Temos que cuidar para não haver corrupção, para não haver desvio de dinheiro, desvio de finalidade.

Por isso, quem sabe criem-se mecanismos de destinação, como o Bolsa Família, que não tenham interferência do poder público, que não tenham interferência de ninguém, a fim de que o recurso chegue direto para a família, através de critérios públicos definidos abertamente.

Então, como fazer com que esse dinheiro seja bem aplicado e que em novas tragédias continue a solidariedade do povo? Porque a maior frustração de alguém que ajuda, que é solidário, que deposita o dinheiro no banco é que os recursos não sejam ética e honestamente bem aplicados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Ouço a deputada Ana Paula Lima sobre esse tema, porque está envolvida. Aproveito para parabenizá-la por coordenar o fórum parlamentar em defesa dos atingidos pela tragédia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A preocupação é grande, deputado, porque as pessoas me encontram na rua - inclusive, hoje, chegando aqui na Assembléia me abordaram - e dizem assim: "Deputada, fiscalize! Fiscalize, deputada!"

A questão é a seguinte: a Defesa Civil catarinense falou que não queria mais roupas, não queria mais comida, mas queria dinheiro. E eu pergunto: quanto entrou até agora das pessoas físicas que depositaram nas contas abertas em nome da Defesa Civil? Entraram R$ 21 milhões até a data de ontem. Onde está sendo colocado esse dinheiro? Em quê?

Ontem foram liberados R$ 45 milhões do governo federal e mais alguns montantes que estamos também fiscalizando. Mas e o governo do estado, deputado Pedro Uczai, até agora o que liberou? A não ser as imagens na televisão do governador e a propaganda do turismo para Santa Catarina, que é bem-vinda, nós queremos os turistas, o que liberou? Liberou R$ 1 milhão para Blumenau, o que para essa tragédia toda é muito pouco!

Então, é essa a preocupação daqueles que mais necessitam e que estão sem informação. Nos municípios atingidos, nas prefeituras atingidas há pessoas perguntando: "O que vou fazer sem a minha casa?" "Por que tenho que sair do abrigo?" E os prefeitos perguntam: "Como vamos atender esse povo?"

Por isso é importante, deputado Pedro Uczai, fiscalizarmos, sim! É preciso que as coisas sejam transparentes, sim! Não é apenas exigir dinheiro, tem que dizer para onde vai o dinheiro, a fim de que esses recursos não tomem outros rumos e que na tragédia do pequeno o grande se prevaleça.

Nós não queremos isso! Nós estamos aqui para defender o povo sofrido de Santa Catarina!

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Deputado Sargento Amauri Soares, eu comungo dessa preocupação da deputada Ana Paula Lima, do deputado Décio Góes e de outros parlamentares, porque um membro do alto escalão da Segurança Pública me ligou - éramos conhecidos quando fui prefeito de Chapecó - e disse: "Deputado Pedro, fiscalize o dinheiro que está vindo para a enchente. Cuidado! Fiscalizem para que de forma transparente seja aplicado para aqueles que mais precisam."

Em segundo lugar, se os deputados aqui da base do governo estão efetivamente sensíveis com os atingidos pela tragédia, não teremos dificuldade de aprovar uma emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores no sentido de destinar 50% do Fundo Social do próximo ano para os atingidos pelas cheias.

Quem mais precisa, em Santa Catarina, senão essa população? Não é esse o discurso do governo? Não é esse o discurso do governador? Então, que se destinem 50% dos R$ 268 milhões do Fundo Social para as famílias atingidas pela tragédia! Senão é demagogia, senão é politicagem barata, senão é só discurso já pensando nas eleições de 2010 para aparecer bem na foto, nas imagens. É para isso a tragédia e a morte de alguns? É para se promover politicamente?

Se não é, vamos lá, decisão, deputados da base do governo! Apenas metade do Fundo Social de 2009. A bancada está sendo humilde, deputado Silvio Dreveck, está propondo que só metade dos R$ 268 milhões do Fundo Social seja destinada para as vítimas da tragédia. Aí, sim, vamos dizer desta tribuna que o governo do estado está colocando dinheiro, está destinando recursos, está efetivamente respondendo às necessidades do povo e da economia da região. Não adianta dizer aqui que haverá redução da receita tributária.

Tem é que dar a resposta para aquecer a economia da região e atender os que foram diretamente atingidos.

Por isso, nós queremos continuar esse debate, politizando esse debate, porque senão vamos fazer muita demagogia, muito proselitismo político-eleitoral dois anos antes das eleições de 2010.

Em terceiro lugar, deputado Décio Góes, o Partido dos Trabalhadores tem-se posicionado em nível nacional sobre a crise, sobre o rumo da economia brasileira, dizendo o que precisamos fazer para enfrentá-la.

Mas quando vemos deputados que no passado estiveram, junto com Fernando Henrique Cardoso, fazendo a política neoliberal, queremos dizer que a crise está manifestando, está expressando a falência da experiência neoliberal do tucanato no Brasil, do tucanato que nos Estados Unidos e em outros países tem outro nome.

Por isso, o avanço que queremos - e o Partido dos Trabalhadores tem defendido isso - é a redução da taxa de juros, deputado Silvio Dreveck. Se queremos responder à crise, temos que reduzir a taxa de juros, reduzir o superávit primário para que o poder público possa investir e induzir o desenvolvimento econômico no setor de infra-estrutura, no setor energético, no setor de crédito. Ou seja, nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos que essa crise seja superada não aumentando a desigualdade social, não aumentando o desemprego, como fez a Companhia Vale do Rio Doce agora, demitindo 1.300 funcionários, inclusive funcionários com 22 anos de serviço na empresa. Isso é um absurdo! Obteve R$ 10 bilhões de lucro num ano e demite 1.300 funcionários logo que começa a crise! Por que não absorve o próprio déficit do período da crise e para superá-la investe na produção desse setor?

Com relação ao governo, queremos que seja cada vez mais indutor do desenvolvimento e não um redutor de investimentos. E é por isso que ainda estamos num grande enfrentamento, já que existe um tucano no governo Lula, que é o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que quer, pela questão monetária, segurar a taxa de juros - temos os juros mais altos do mundo -, segurar o superávit primário, não quer colocar mais recursos na economia, não quer induzir o desenvolvimento econômico, o crescimento, a geração de empregos e a distribuição de renda no país.

Para mim, a superação da crise passa pela indução do crescimento, pela geração de emprego e renda e não pela colocação de milhões de vítimas para esconder o processo de queda do crescimento econômico. A solução da crise não passa, repito, pela diminuição do crescimento, não passa simplesmente pela solução do problema da inflação, do problema do superávit primário. É preciso mexer na taxa de câmbio, reduzir a taxa de juros, reduzir o superávit primário para enfrentar a crise no Brasil e para não aumentar a desigualdade e o desemprego no país.

Chega de neoliberalismo como experiência brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, dois são os assuntos que me movem a falar a todos os telespectadores da TVAL e a todos os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

O primeiro deles, sr. presidente, é em razão de uma matéria que passou hoje no *Jornal do Almoço,* do Grupo RBS, que me chamou muito a atenção e chocou-me, como deve ter chocado milhares e milhares de pessoas. Trata-se de uma matéria relativa a cães da raça *pit bull* que fugiram de um canil e aterrorizaram algumas famílias.

Antes de fazer os comentários, peço que os assessores da mesa passem na íntegra a reportagem hoje mostrada no *Jornal do Almoço*, do Grupo RBS.

(Procede-se à exibição da matéria.)

Sr. presidente, isso foi filmado pela RBS. V.Exa. pode imaginar quantos outros casos estão acontecendo em território catarinense e não têm registro jornalístico?! E o apresentador e jornalista Mário Mota foi muito claro nas suas alegações finais da matéria.

Existe uma lei, é verdade! Existe uma lei que dispõe sobre a importação, comercialização, criação e porte de cães da raça *pit bull* em Santa Catarina, que foi aprovada pelos srs. deputados que compõem a atual legislatura, de autoria deste deputado, e sancionada pelo governador do estado.

Faz um ano que a lei está em vigor e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Ficam vedadas a circulação e a permanência de cães da raça *Pit Bull* em logradouros públicos, precipuamente, locais em que haja concentração de pessoas, tais como ruas, praças, jardins e parques públicos, e nas proximidades de hospitais, ambulatórios e unidades de ensino público e particular.

Parágrafo Único A circulação de cães da raça *Pit Bull* nos locais referidos no artigo anterior será permitida desde que conduzida por maiores de dezoito anos por meio de guias com enforcador e focinheira próprios para a tipologia de cada animal.

Art. 4º Os proprietários e/ou condutores de cães da raça *pit bull,* ou dela derivada, são responsáveis pelos danos que venham a ser causados pelo animal sob sua guarda, ficando sujeitos às sanções penais e legais existentes, além daquelas previstas no art. 5º desta Lei". [sic]

E a sanção, srs. deputados, é uma multa pesada de cerca de R$ 5 mil.

E eu faço um pergunta aos srs. deputados: quando será regulamentada a lei?

Eu quero fazer um apelo ao sr. governador do estado Luiz Henrique da Silveira, que já determinou que fossem feitos estudos pelas secretarias de Coordenação e Articulação, da Saúde e da Segurança Pública, no sentido de emitir, de uma vez por todas, um parecer e fazer o decreto da regulamentação da lei.

Não se sabe se é a Polícia Ambiental que vai cuidar, não se sabe se é o Corpo de Bombeiros, não se sabe se é a própria Polícia Militar, se é a Polícia Civil, a secretaria da Saúde, em razão de doenças que possam advir. Mas o mais importante é nós termos claro que o governo efetivamente tem que partir para a regulamentação da lei, para dar segurança aos moradores.

As cenas mostradas foram claras! Os cães pularam de um terreno para outro e para o terreno seguinte, ameaçando famílias, crianças, sendo causados vários danos: é o cachorro do vizinho, é o gato da vizinha aterrorizando a vida das pessoas. Elas ficam dentro de casa com medo de sair em razão da agressão dos cães.

Eu faço um apelo ao sr. governador: secretário Ivo Carminati, por favor faça, de vez por todas, a regulamentação da lei.

O verão está chegando e teremos milhares e milhares de turistas em Santa Catarina. Não vamos esperar por algo que venha desgraçar a vida de alguém.

Mas antes de encerrar, sr. presidente, eu também gostaria de falar sobre o trecho urbano da BR-282 que passa entre a comunidade de Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, até a comunidade Vaz dos Pinheiros, na entrada da ponte do sul do rio, onde a rodovia está com um adensamento muito sério em razão das últimas chuvas. Houve um entupimento da drenagem, fazendo com que o aterro fino fosse junto com as águas, ocasionando um adensamento considerável da rodovia.

Entrei em contato com o engenheiro João José, que é o superintendente do DNIT em Santa Catarina, e ele assumiu um compromisso com Santo Amaro da Imperatriz, no sentido de fazer rapidamente a recuperação na rodovia. Mas há uma preocupação, porque a BR-282 faz a integração da região oeste, da região do meio-oeste, da região do planalto serrano com o litoral catarinense. É a chamada rodovia da integração nacional. E se nós tivermos um desmoronamento daquele trecho entre o trevo da comunidade de Nossa Senhora de Lourdes com a comunidade Vaz dos Pinheiros, com certeza absoluta teremos o interrompimento da ligação do litoral de Santa Catarina com o planalto, com o meio-oeste e com o oeste de Santa Catarina.

Então, faço um apelo desta tribuna para que o DNIT dê emergência, dê continuidade ao trabalho e faça com que aquela comunidade, com que Santo Amaro da Imperatriz e com que Santa Catarina não tenham a sua rodovia de integração obstruída pelo desmoronamento naquela localidade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, inscrito para falar o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu queria repercutir aqui uma matéria que o *Diário Catarinense* publicou no sábado sobre o relato de seis bombeiros militares do estado de Santa Catarina, seis alunos do curso de formação para sargentos do Corpo de Bombeiros Militar, que foram destacados com urgência para atuar e socorrer as pessoas na região atingida naquele momento de calamidade entre os dias 22, 23 e 24 de novembro passado.

São esses os alunos e sargentos bombeiros: Adalberto Rodrigues Bastos, 41 anos, 21 de bombeiro; Edemilson Maciel, 44 anos, 25 de bombeiro; Jacymar Santos de Oliveira, 42 anos, 20 de bombeiro; Wanderley G. de Souza, 39 anos, 20 de bombeiro; Volnei José Tomaz, 45 anos, 21 de bombeiro e Adir Antônio Hurt, 39 anos, 20 de bombeiro.

São alunos sargentos e um sargento aluno que estão na academia militar do Corpo de Bombeiros, todos com mais de 20 anos de serviço e com uma vasta experiência, portanto, no serviço de bombeiro, que estão fazendo curso para sargentos, uma realidade impossível há dois anos. E há gente que questiona ainda hoje que preferiria que garotos de 20 anos estivessem fazendo o curso para sargentos, enquanto esses companheiros aqui permaneceriam cabos até 30 anos de serviço, até ir para a reserva remunerada.

Então, queremos agradecer ao *Diário Catarinense* por esse trabalho, que relata a experiência de cada um deles nessa tragédia em Santa Catarina, assim como também traz um histórico profissional de cada um deles, das situações que viveram ao longo da sua trajetória no Corpo de Bombeiros. Inclusive alguns deles deixaram a família dentro da água e foram socorrer outras pessoas. São companheiros que merecem todo o nosso respeito, toda a nossa homenagem. Queremos, portanto, agradecer ao *Diário Catarinense* por essa publicação.

Mas temos aqui também o relato do soldado Hugo, da Polícia Militar, que estava de serviço em Blumenau na noite daquele sábado para domingo, no dia 22 para 23 de novembro. Ele nos mandou uma mensagem eletrônica que passo a ler.

"Trabalhando há 21 anos, passei por um momento difícil na iminência de ser soterrado no meio dos escombros, juntamente com as vítimas. O meu companheiro de serviço e eu, com lama até a cintura, seguimos em frente para socorrer uma menina que pedia socorro e estava com parte do corpo soterrado, e as demais pessoas que estavam com ela, já completamente soterradas.

Quando iniciamos o percurso, ouvimos os estalos das árvores e o barranco trazendo mais lama. Isso tudo às 2h30 de sábado para domingo. Enfim, demos continuidade ao percurso e com êxito trouxemos ela chorando. Mas o melhor, com vida.

Quando chegamos na rua Botuverá, na Itoupavazinha, achávamos que não seria possível socorrê-la, mas tudo estava ao nosso favor. Quando passamos por uma rua, logo ela seria interrompida, impedindo apoio. Ao tentar contornar o local em que a vítima estava, não dava. Foi então que fomos, sem falar um com o outro, apenas seguimos o nosso dever, o nosso instinto, o que Deus nos tinha mostrado. Salve a minha filha, e nós obedecemos salvando-a."

O soldado Hugo, Matrícula n. 917491, que estava de serviço naquele sábado para domingo, em Blumenau, traz-nos esse relato. Por certo são centenas de outros relatos, como esse dos nossos companheiros policiais e bombeiros, que as pessoas da cidade têm para trazer.

Isso tudo apesar das dificuldades e condições materiais, como, por exemplo, a falta de um helicóptero para o Corpo de Bombeiros, como bem escreveu - e agradeço também - o Cacau Menezes, do *Diário Catarinense*, no último domingo, dia 7. Vou ler um trecho da matéria do Cacau Menezes.

(Passa a ler.)

"Talvez essa tragédia que castigou o Vale do Itajaí mostre de maneira mais clara as necessidades dos Bombeiros Militares de Santa Catarina.

Eles foram e estão sendo incansáveis no socorro e resgate às vítimas das chuvas e deslizamentos. Mas o mais incrível é saber que eles não possuem um único helicóptero.[...]

Outra situação que marca a corporação, sempre líder quando o assunto é a confiança do brasileiro: o violento estresse emocional produzido pelas experiências vividas no resgate de vítimas e corpos no Vale. Os bombeiros catarinenses não contam com assistência psicológica. Sem dúvida, mereciam contar com o serviço."[sic]

Nós aprovamos aqui na semana passada, de iniciativa do deputado Nilson Gonçalves e substitutivo global deste deputado, um projeto de lei para dar assistência psicológica aos policiais e bombeiros porque não só os bombeiros, mas também os policiais passam por situação de abalo emocional praticamente todos os dias, e é preciso esse atendimento. A nossa esperança é que o governador do estado não vete, porque seria muito caro para o estado de Santa Catarina contratar algumas dezenas de psicólogos que pudessem fazer o acompanhamento permanente desses profissionais.

Esperamos, portanto, que não haja veto a esse projeto que é de suma importância para a Segurança Pública e, portanto, para a qualidade do serviço que vamos prestar à nossa população.

Por conta da calamidade, nós suspendemos todas as atividades de mobilização com vistas ao pagamento da Lei n. 254. Tomamos essa decisão de pronto, tão logo percebemos o tamanho da tragédia. Fizemos isso por espírito humanitário, por entender que a população atingida precisava mais do que nunca do trabalho abnegado e imperturbável de todos os policiais e todos os bombeiros do estado.

Mas informávamos lá que a suspensão era temporária, e curiosamente o governo desmarcou todas as reuniões que estavam marcadas para discutir a Lei n. 254, inclusive reunião com técnicos do palácio, que por certo não foram para a região atingida socorrer vítimas. Nós, sim, estávamos lá. Nós, bombeiros e policiais, estávamos lá, mas os secretários, muitos deles, não apareceram lá na região e desmarcaram as reuniões que estavam marcadas para discutir a Lei n. 254. E de lá para cá, silêncio absoluto com relação a esse assunto.

Agora a situação, dentro do que é possível, está voltando ao normal. Na semana passada, o governo já fez o pacote de apoio às empresas e, por incrível que pareça, a primeira medida de apoio aos empresários foi para todos os empresários catarinenses. Conforme o jornal *Diário Catarinense* também anunciou no dia 4 de dezembro, quinta-feira passada, só a primeira medida de postergar cinco dias a arrecadação do ICMS equivale a uma perda de R$ 35 milhões por mês, e essa é para todas, não se fala aqui nessa medida nos atingidos pela calamidade. Não! Isso é para todas as empresas catarinenses. E esse valor, R$ 35 milhões, é muito mais do que vale a Lei n. 254.

E aí vieram as outras medidas que são justas, e nós concordamos que são medidas necessárias. Aqueles empresários que foram atingidos, como se falou aqui desta tribuna na tarde de hoje, precisam, sim, de um apoio. Mas todos os empresários catarinenses, na verdade, aproveitaram a oportunidade para, mais uma vez, ajudar os amigos, porque as medidas são para todos os empresários catarinenses, e nenhuma palavra com relação aos servidores que deram o sangue, que estão dando o suor para defender a população. Se não fossem os policiais e bombeiros, muitas outras pessoas teriam morrido, a situação de caos e de barbárie naquela região tinha tomado conta da sociedade e tragédias inimagináveis aconteceriam. E nenhuma palavra, nenhum muito obrigado para os policiais e bombeiros.

Essa é uma situação que certamente não ficará assim. Desde hoje estamos reativando as mobilizações pela Lei n. 254, queremos as reuniões, precisamos discutir, queremos uma resposta.

Na quinta-feira pela manhã, depois de amanhã, o movimento das esposas e familiares vai fazer uma assembléia e uma manifestação na frente dos palácios. A diretoria da Aprasc se reunirá nas próximas 48 horas para deliberar sobre o assunto. Os nossos filhos também querem ter o direito de sorrir neste Natal. Três anos de salário congelado e esse desprezo e esse silêncio por parte do governo não pode, e não vai, ficar assim!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às nove horas do dia quatro de novembro de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, substituído por Sérgio Grando a partir das 10:00 hs, Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann, Narcizo Parisotto, Pedro Uczai e Gelson Merísio. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para aprovação a ata 21ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade, e acusou o recebimento de convite da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, para reunião extraordinária da mesma no dia 05 de novembro de 08. O Deputado Pedro Uczai, relatou os PLs/0309.8, 0299.1, 0123.0/08, e o PLC/0011./08, exarou pareceres pela diligência externa à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, e o PL/0267.4/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Gelson Merísio, relatou os PLCs/0028.7, 0027.7/08, exarou parecer de voto vista favorável à ambos, e também pelo apensamento do mais recente no mais antigo, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Jean Kuhlmann, relatou o PL/0255.0/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0207.3/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o PL/0163.8/08, exarou parecer contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, e o PEC/0005.3/08, exarou parecer contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira. O Deputado Narcizo Parisotto, relatou os PLs /0241.5, 0222.2/08, exarou parecer favorável à ambos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o PL/0474.9/07, exarou voto vista favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Herneus de Nadal. O Deputado Romildo Titon, relatou os PLs/0296.9, 0288.9, 0302.1, 0306.5, 0282.3, 0311.2, 0313.4, 0312.3 e 0288.9/08, exarou parecer favorável à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o PLC/0034.6/08, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PLC/0033.5/08, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Jean Kuhlmann, O PLC/0024.4/08, exarou parecer pela aprovação, rejeitando a emenda apresentada, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli e Pedro Uczai, e o PL/0300.0/08, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 188/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Convênio CL nº 001/2005-00, celebrado em 10/05/2005.
1º CONVENENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
2º CONVENENTE: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio 001/2005-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente troca de serviços e informações para a elaboração de planos, programas e projetos na área da economia e sociologia rural, tecnologias agropecuárias, ciência e pesquisa agrícola, pesqueira e florestal, agronegócios e organização rural, voltadas ao desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; cláusula quarta do convênio original; e autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Antônio Ceron - Representante Legal

*** X X X ***

Extrato Nº 189/2008

REFERENTE: Contrato CL nº. 077/2008, celebrado em 27/11/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.
OBJETO: aquisição de materiais, incluída mão-de-obra especializada, para construção de um muro para fechamento dos "chillers" (com elaboração de um projeto estrutural complementar), localizados no lado norte do Palácio Barriga-Verde, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra especializada
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00
VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 047/2008; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0086/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 27 de novembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Lourival Dutra - GPL Construções e Consultoria Ltda.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 190/2008

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Convênio CL nº 010/2007, celebrado em 05/11/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Departamento Regional em Santa Catarina.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Convênio 010/2007-00 pelo período compreendido entre 06/11/2008 e 31/12/2009.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 116 da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quinta do Contrato original e autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de novembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Rudney Raulino - Diretor Regional -SENAC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 191/2008

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 028/2006, celebrado em 16/05/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Silveira de Sá Transportes e Turismo Ltda.
OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 028/2006-00 compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente locação de veículos tipo van.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, da Lei nº 8.666/93; item 4.2, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Francini Vieira Pavan - Sócia Gerente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 192/2008

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 048/2006-00, celebrado em 23/10/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Thyssenkrupp Elevadores S/A
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 048/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e substituição de peças.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
José Augusto Velloso Ross Jr - CONTRATADA
Mário Augusto da Silva Fatori - CONTRATADA

*** X X X ***

EXTRATO Nº 193/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 061/2007, celebrado em 17/12/2005.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Ticket Serviços S/A
OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 061/2007-00 compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente Prestação de Serviços de manutenção e fornecimento de cartões-alimentação.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.2, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Ricardo Barbosa Ferreira Dias - Sócios

*** X X X ***

EXTRATO Nº 194/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Termo De Cooperação Técnica CL n.º 001/2007-00, celebrado em 22/12/2006.
PARTES:
(1) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(2) SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação Técnica 001/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente encaminhamento jovens estagiários do "PROGRAMA ANTONIETA DE BARROS", ao "PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO" DA UNIÃO FEDERAL.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 116, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; e autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Luiz Miguel Vaz Viegas - Diretora Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 195/2008

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 047/2007-00, celebrado em 25/10/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 047/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente ao Licenciamento de dados comercial do DNE - grandes usuários - OP.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 6.1, da Cláusula Sexta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Signatários:
Deputado Júlio Garcia - ALESC
Guilherrme Vanderlei Bianchi - Gerente de vendas da ECT

*** X X X ***

EXTRATO Nº 197/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 002/2007-00, celebrado em 22/12/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 002/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente Prestação de Serviços e venda de produtos a Órgão Público.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 6.1, da Cláusula Sexta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Guilherme Vanderlei Bianchi - Gerente de Vendas da ECT

*** X X X ***

EXTRATO Nº 198/2008

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 027/2006-00, celebrado em 28/04/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Empresa Editora Negócios JA Ltda.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 027/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente prestação de serviços de assinaturas do Jornal Notícias do Dia.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Marcelo Corrêa Petrelli - Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 199/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 001/2007-00, celebrado em 14/11/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Emcatur - Viagens E Turismo Ltda
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 001/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente prestação de serviços relativos à reserva, emissão e venda de passagens aérea e terrestre, nacional e internacional.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Arlete Mendes Ramos - Diretora Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 200/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 039/2007-00, celebrado em 31/07/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: EUROBAC Com. De Produtos Biológicos
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 039/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente Prestação de Serviços de higienização.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 5.1, da Cláusula Quinta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Telmo Silveira de Oliveira - Representante Legal

*** X X X ***

EXTRATO Nº 201/2008

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 003/2006, celebrado em 20/12/2005.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda.
OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato 003/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente locação de equipamentos de impressoras multifuncionais.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Rafael Vieira de Souza - Representante Legal

*** X X X ***

EXTRATO Nº 202/2008

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 016/2005-00, celebrado em 17/05/2005.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda.
OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 016/2005-00 compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente Contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e substituição de peças para 01 (um) equipamento marca CANON, MODELO IMAGE RUNNER IR.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Rafael Vieira de Souza - Representante Legal

*** X X X ***

EXTRATO Nº 203/2008

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 018/2005-00, celebrado em 02/05/2005.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Intersystems do Brasil Ltda
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 018/2005-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente ao Licenciamento de software com prestação de serviços de suporte técnico.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 6.1, da Cláusula Sexta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Carlos Eduardo Kuhl Nogueira - Diretor Geral

*** X X X ***

EXTRATO Nº 204/2008

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 022/2006-00, celebrado em 04/04/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Ecoeficiência Consultoria Ambiental Ltda.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 022/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente prestação de serviço de remoção de resíduo sólido.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II da Lei n.º 8.666/93; item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
João Carlos da Silva Júnior - Sócio-Gerente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 205/2008

REFERENTE: 15º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 017/2006, celebrado em 20/02/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Cotrans Locação de Veículos Ltda.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 017/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente locação de veículos automotores.
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 57, II da Lei nº 8.666/93; item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato Original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Osni Prates Pacheco - Diretor Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 402/08
Sociedade Amantes da Leitura

A/C
Sr. Deputado
Jean Kuhlmann
Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos

Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.

Prezado Senhor,
Em anexo encaminhamos o relatório de atividades da Sociedade Amantes da Leitura - Biblioteca Barca do Livros dos últimos 12 meses, para fins de renovação da Declaração de Utilidade Pública.
Sem mais para o momento, estamos à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.
Atenciosamente,
Tânia Piacentini
Diretora geral
Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

*** X X X ***

PARECERES

Referência: PL 0284.5/2008
Origem: Executivo
Autor: Governador do Estado
Ementa: "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2009".
Relator: Dep. Renato Hinnig

PARECER CONCLUSIVO

Excelentíssimos Senhores Deputados
Membros da Comissão de Finanças e Tributação

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Na qualidade de **Relator** do Projeto de Lei nº.0284.5/2008, que **"estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2009"**, cumpre-me, nesta fase, emitir Parecer Definitivo sobre o supra referido Projeto de Lei.

Efetuadas as diligências cabíveis e analisadas as respectivas Emendas submeto o parecer a aprovação desta Comissão e posteriormente para votação em Plenário.

Após aprovação unânime do Parecer Preliminar em reunião desta Comissão no dia 19/11/2008, e após os trâmites regimentais legais, passo a análise detalhada do Projeto.

A relevância da matéria tratada, o amplo interesse dos parlamentares em participar no processo, a crise econômica que repercute em vários países e que poderá trazer conseqüências ao Brasil devido à globalização econômica, além do agravamento do quadro gerado pela situação calamitosa que Santa Catarina atravessou neste período, certamente influenciaram no elevado número de emendas apresentados ao projeto da Lei Orçamentária para 2009.

Além disso, é do conhecimento de todos o interesse dos municípios e entidades em obterem um maior quinhão no orçamento. Por certo nós, parlamentares representantes dos catarinenses, não poderíamos nos furtar de encaminhar estas solicitações.

Penso que a Assembléia aperfeiçoou o processo participativo na elaboração da peça orçamentária ao realizar as audiências públicas regionais, onde os representantes populares, elencaram as prioridades que consideram relevantes e que devem constar do orçamento, tendo preferência em sua execução.

Preliminarmente, procurei atender a preocupação exposta pelos Deputados desta Comissão, quando da apresentação do Relatório Preliminar, que questionaram o posicionamento do Governo, referente a necessidade de revisão dos valores orçados para 2009, em virtude da crise financeira internacional que vem provocando grandes alterações na economia mundial. Assim, encaminhei ao Secretario de Estado de Planejamento o Ofício nº 648/2008 em 20/11/2008.

O Secretario de Estado de Planejamento respondeu através do ofício nº 390/08/GABS/DIOR/SPG de 04/12/2008 que:

"as conseqüências da crise financeira internacional, alertam para uma provável desaceleração da economia que acarretará em possíveis perdas de receita para o Estado de Santa Catarina. A proposta orçamentária para 2009 foi concebida com uma projeção de receita em um ambiente favorável da economia brasileira e catarinense, situação esta, confirmada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009. A mudança do cenário econômico internacional, por sua vez, pode levar a uma revisão dos parâmetros macroeconômicos que nortearam a projeção de receita para 2009. Porém, consideramos ainda prematuro efetuar nova estimativa, tendo em vista a falta de dados estatísticos para elaboração de um estudo técnico.

Cabe ressaltar também, que uma nova projeção, reduzindo os valores da Receita Líquida Disponível, acarretaria em uma redução nos recursos vinculados, tais como: repasse aos poderes, saúde, educação, ciência e tecnologia, etc., causando redução de gastos correntes e investimentos em áreas consideradas fundamentais para o Governo.

Considerando que o Poder Executivo possue instrumentos legais para se adequar a uma nova realidade, citamos a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que nos seus artigos determina:

***Art. 8º** Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.*

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

***Art. 9º** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.*

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Com base nestes preceitos, o Poder Executivo poderá adotar medidas cautelares definindo critérios para possíveis contingenciamentos de despesas de custeio, preservando os setores prioritários do Governo, principalmente educação, saúde, segurança pública, área social, bem como os investimentos nas áreas essenciais à manutenção do desenvolvimento econômico do Estado.

Nesse sentido sugerimos que o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2009, em tramitação nesta augusta casa legislativa, seja apreciado e aprovado e aprovado na forma proposta pelo Poder Executivo, evitando emendas que resultem em aumento de despesas."

Os esclarecimentos apresentados pela Secretaria retratam a figura do contingenciamento que poderá ser utilizado pelo Governo, caso se concretize a redução de receita que se projeta.

Além da possível redução que poderia advir como conseqüência da crise, Santa Catarina poderá terá prejuízos em sua arrecadação pelas conseqüências da situação climática que viveu nos últimos dias. Em nossa concepção esta conseqüência poderá ser mais relevante.

Considerando que o Executivo não reavaliará neste momento a proposta orçamentária enviada passaremos a análise das emendas apresentadas.

DAS EMENDAS APRESENTADAS.

Para analisarmos o presente projeto e dada à exigüidade do prazo para análise das emendas apresentadas, procuramos primeiramente pautar-nos na análise dos pontos elencados em nosso Relatório Preliminar aprovado por esta Comissão, ou seja, procedemos a uma análise acerca do atendimento dos dispositivos legais, que caso não cumpridos, determinam a rejeição das emendas, e **inclusive levam a perda do direito a destaque em Plenário**, conforme definição dada pelo Legislativo na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, Lei nº 14.507 de 15/08/2008, transcrito a seguir:

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, Lei nº 14.507 de 15/08/2008

...

Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 25. As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Estadual e na Lei federal nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descritos no Plano Plurianual e nesta Lei.

§ 1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa do Estado e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

I - contrariarem o estabelecido no caput deste artigo;

II - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

IV - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas básicas;

b) receitas vinculadas, criadas por leis específicas;

c) receitas próprias de entidades da administração indireta e fundos;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado; e.

V - anularem dotações consignadas às atividades repassadoras de recursos.

§ 2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 26. Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 27. As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física.

Após a avaliação técnica procedemos à verificação da inclusão das prioridades elencadas nas audiências públicas regionais realizadas pela ALESC pelo Estado em 2008.

Por fim elaboramos o quadro nº 2, onde constam as emendas aprovadas e o quadro nº 3 onde são destacadas as emendas rejeitadas, todos parte integrante deste relatório. Ao final de cada quadro consta uma legenda explicativa da justificativa para aprovação ou rejeição das emendas.

Após, procedemos uma avaliação geral de todo o quadro, para deliberarmos sobre as emendas apresentadas. Passaremos a partir de agora a analisar as emendas por grupos:

1) Das Emendas destinadas a corrigir / aperfeiçoar o texto da Lei e do Anexo.

1.1) Das emendas destinadas a modificar / aprimorar o Texto da Lei Orçamentária para 2009.

Foram recebidas 06 (seis) emendas destinadas a alterar o texto da Lei em análise. O quadro número 1 anexo ao presente relatório traz a análise individual das emendas aprovadas, enquanto o quadro número 2 descreve as rejeitadas.

Em síntese acatamos as emendas de números: 08, 09, 347, 348 e 357. Rejeitamos a emenda de número 02 por apresentar no texto a definição de um valor mínimo, além de não procurar introduzir a alteração no artigo corresponde no texto que seria o artigo 8º. Mas para não inviabilizar a autorização a que se propunha a bancada que a formulou, elaboramos a emenda do Relator n.º 357, que corrige a distorção.

1.2) Das emendas destinadas a corrigir / aprimorar o texto do Anexo da LOA.

Foram necessárias realizar 02 emendas destinadas a alterar o texto do Anexo da LOA para 2009. Acatamos as de números 353 e 354 por aprimorarem, em nosso entendimento, o quadro geral.

Inclusive o número correto da sub-ação que terá a fonte de recursos alteradas é a de número 009629.

2. Das emendas destinadas a alterarem o Anexo do projeto, ou seja, o Orçamento para 2009.

Dividimos as emendas recebidas em grupos conforme sua origem, que serão analisadas nos sub-itens a seguir, informando que o quadro de número 04 traz as emendas ao anexo acatadas e o de número 05 as rejeitadas:

2.1) Das emendas resultantes audiências públicas do orçamento estadual regionalizado:

A Coordenadoria do Orçamento desta casa verificou que apenas quatro das prioridades elencadas não constam do projeto original da LOA de maneira individualizada por sub-ação.

Procedemos à subscrição destas emendas que receberam os números 04 a 07. Entretanto ao analisarmos detalhadamente as mesmas optamos por aprovar as de números 04, 05 e 06. A de número 07 anularia dotações próprias do Fundo de Segurança Pública vedada pela LDO em vigor. Procedemos então ao encerramento de tramitação da mesma.

Verificamos que o orçamento encaminhado apresenta a sub-ação 002199 - Construção de quartéis, que contemplam de forma geral a prioridade. Sugerimos que seja feita uma indicação ao executivo para que no decorrer de 2009 a obra seja realizada, priorizando a escolha da comunidade e de preferência que no futuro todas as ações elencadas nas audiências públicas regionais venham de forma individualizada para que a população possa de forma transparente acompanhar o andamento de sua solicitação.

2.2) Das emendas provenientes do Poder Executivo:

No total, o Governo do Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça, protocolaram 08 (oito) emendas perante este Relator ou junto a esta casa legislativa para alterar o orçamento de 2009. Tais solicitações foram transformadas nas emendas de números 69, 349 a 352, 355, 356 e 358.

Apreciamos as mesmas e preenchidos os requisitos legais, somos pelo acatamento.

2.3) Das emendas parlamentares

Foram recebidas 335 emendas de origem parlamentar para alterar o Orçamento para 2009, que totalizaram R$ 222.546.000,00, sendo que 04 delas foram retiradas de tramitação pelos parlamentares proponentes.

Analisadas as mesmas a luz das definições contidas na LDO, conforme artigo acima definidos deixamos de acata-las, conforme discriminadas no Quadro 05.

Na coluna de justificativa está legendado o motivo que nos levaram a rejeição das mesmas. Os principais motivos de rejeição foram:

JUSTIFICATIVAS PARA REJEIÇÃO DE EMENDAS APRESENTADAS A LOA 2009 - PL 284.5 / 2008

Nº.	Descrição
01	Tramitação da emenda encerrada pelo autor;
02	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de receitas próprias do FUNDOSOCIAL - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "c"; e o somatório total das emendas apresentadas reduz a dotação orçamentária em valor superior ao programado (subação 003015) - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, II.
03	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de receitas próprias do FUNDOESPORTE - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "c";
04	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de receitas próprias do FUNCULTURA - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "c";
05	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de receitas próprias do FUNTURISMO - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "c";
06	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de receitas próprias do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "c";
07	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de receitas próprias da Administração Indireta - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "c";
08	Anula os recursos da CIDE. Conforme Lei Federal nº. 10.336/2001, art. 1 A, § 6º e § 7º, necessita prévia descrição dos projetos até outubro.
09	Anula a contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado - LDO (lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "d";
10	Emenda preenchida com erro - modalidade de aplicação de recurso inexistente;
11	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de receitas vinculadas - SEITEC - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "b";
12	Anula dotações de recursos destinados a SECOM (Secretária de Comunicação);

13	Anula o valor de dotações orçamentárias provenientes de despesas básicas - LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2008 - Lei nº. 14.507/2008: art. 25, § 1º, IV, "a";
14	Da anulação de dotações destinadas a aquisição de aeronaves (helicópteros) destinados a segurança pública.
15	Realocação de recursos na área da saúde que prejudicará a programação definida pelo Conselho Estadual de Saúde para 2009.
16	Pela situação econômica do Estado que se projeta para 2009.
17	Substituída por emenda do Relator de número 357

Primeiramente procedemos ao encerramento da tramitação das emendas solicitadas pelos próprios autores (justificativa nº 01). Com isto foram rejeitadas as emendas números 01, 27, 57 e 259.

A seguir analisamos aquelas que contém erros na elaboração, principalmente na modalidade de aplicação. Encontramos as emendas de números 54, 55, 56, 67, 68, 165 e 271. Rejeitamos as mesmas com a justificativa número 10.

O passo seguinte foi a análise a luz dos dispositivos legais exarados na LDO, artigo 25. Verificamos a existências das seguintes situações:

a) Anulação de dotações provenientes de receitas próprias de fundos (FUNDOSOCIAL), com o agravante de que o somatório total das emendas apresentadas reduzem a dotação orçamentária (sub-ação 003015) em valor superior ao programado (justificativas 02)

Rejeitadas as de números 03, 10, 11,15 a 26, 28 a 38, 40, 41,43 a 49, 58 a 61, 65, 66, 70, 72 a 75, 77, 89, 91, 92, 95, 96, 98 a 116, 118 a 129, 133 a 135, 138, 142, 143, 145 a 152, 154 a 157, 160, 167, 169 a 171, 173 a 177, 179, 180, 183 a 186, 188 a 194, 196, 197, 201 a 207, 209 a 224, 226 a 230, 236 a 238, 242 a 245, 249 a 251, 260, 261, 265, 273, 278, 283, 304, 308 a 310, 312, 315, 324, 325, 328, 331 e 333, totalizando 202 emendas.

b) Anulação de dotações provenientes de receitas próprias de fundos - FUNDOESPORTE, FUNCULTURA, FUNTURISMO, FUNDO DESENVOLVIMENTO RURAL (justificativa 03, 04, 05 e 06 especificadas por fundo)

A inobservância desta vedação legal na elaboração das emendas nos levam a rejeitar as emendas de números 64, 78 a 88, 90, 93, 94, 97, 130 a 132, 140, 274 a 277, 279, 281, 306, 307, 311, 313, 314, 316 a 320 e 344.

c) Anulação de dotações de receitas próprias da Administração Indireta (justificativa 07)
Rejeitada a emenda nº 305 e 335.

d) Anulação de recursos destinados a contrapartida obrigatória do Estado (justificativa nº 09)
Rejeitadas as emendas 321, 327, 329, 330 e 334.

e) Anulação de dotações orçamentárias provenientes de receitas vinculadas (SEITEC justificativa nº 11)
Rejeitadas as de números 199, 246, 267 a 269 e 326.

f) Anulação de dotações orçamentárias provenientes de despesas básicas (justificativa n.º 13).
Rejeitadas as de números 50, 51, 62, 63, 208, 264, 266, 272 e 322,

Em seguida procedemos a análise das demais emendas recebidas.

Informo que as emendas rejeitadas pelos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 11, 13 e 14 não cabem inclusive destaque em plenário para nova apreciação, conforme disposto no § 1º do artigo 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, Lei nº 14.507/2008.

Sob a justificativa 08, foram rejeitadas as emendas de números 153, 158, 159, 161, 162, 181, 182, 195, 337 a 339, 341, 342, tendo em vista que conforme a Lei Federal nº. 10.336/2001, art. 1 A, § 6º e § 7º, é necessária a prévia descrição dos projetos a serem contemplados, com envio ao Ministérios dos Transportes até outubro do ano corrente, visando sua vigência para o ano seguinte.

Da anulação de dotações da Secretaria de Comunicação.

Sobre a justificativa nº 12 informo que procedi à rejeição das emendas apresentadas de números 12, 52, 53, 71, 136, 137, 144, 163, 166, 172, 178, 187, 262, 263, 340, 345 e 346, por elas se destinarem a retirar mais de R$ 25 milhões da verba destinada a Secretaria de Comunicação, inclusive algumas delas destinadas a Secretaria de Saúde, para campanhas informativas.

A atuação decisiva da secretaria e dos órgãos de imprensa de nosso Estado em divulgar as necessidades de Santa Catarina, principalmente nos momentos de calamidade, propiciaram uma ampla corrente de solidariedade no Brasil e no mundo e que por certo trouxeram resultados muito superiores aos recursos que o Estado dispunha para colaborar.

A forte atuação da mídia inclusive colaborou de forma decisiva para a sensibilização do Governo Federal na edição de medidas para contribuírem na recuperação do Estado.

A atuação da imprensa catarinense também é importante na divulgação de campanhas institucionais de educação, saúde e segurança, além de atrativos turísticos que resultam em resultados econômicos e sociais relevantes.

Da anulação de dotações para aquisição de aeronaves destinadas a segurança pública (justificativa nº 14).

Os trágicos acontecimentos ocorridos em Santa Catarina em 2008 demonstram a necessidade da aquisição de helicópteros para a Policia Militar, tendo em vista que as aeronaves a serviço do Poder Executivo são todas provenientes de contratos de locação. Foi necessário se socorrer de aeronaves de locais não atingidos. Logo a alocação de recursos para a aquisição das mesmas é prioritária.

A vista disso rejeitamos as emendas de números 76 e 164.

Da alteração da destinação de recursos na área da Saúde (justificativa nº 15)

As emendas números 14, 39, 42, 139, 141, 225, 231 a 235, 240, 247 a 248, 252 a 258, 323, 332, 336 e 343 foram rejeitadas por destinarem-se a remanejar recursos da saúde. O orçamento da área foi aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde e submetido à ALESC para apreciação através deste projeto. A realocação prejudicará os projetos definidos para 2009. Logo sugiro que estas emendas sejam transformadas em indicação para o executivo que possa atendê-las se houver mais recursos para o setor além dos já programados que inclusive atendem os percentuais definidos na constituição.

Foram ainda recebidas 07 emendas destinadas a modificar o anexo que remanejam dotações na infra-estrutura, DEINFRA, Secretarias Regionais, agricultura para os próprios órgãos ou para secretarias regionais.

Por coerência, pela provável necessidade de contingenciamento do orçamento em 2009 haja vista a crise que se aproxima, além da retração da arrecadação que se originará da situação ambiental vivida pelo Estado rejeitei as emendas de números 13, 117, 198, 200, 239, 241 e 270, na justificativa 16.

Legendas das justificativas utilizadas para aprovação de emendas:

JUSTIFICATIVAS PARA APROVAÇÂO DE EMENDAS APRESENTADAS A LOA 2009 - PL 284.5/2008	
Nº.	Descrição
31	Origem - Audiência pública regional;
32	Solicitação do Tribunal de Justiça do Estado;
33	Emenda corretiva de informação;
34	Solicitação do executivo para Fundo Antidrogas.
35	Origem Executivo: Aprimoramento da peça orçamentária
36	Origem Executivo: Abertura de dotação de sub-ação
37	Emendas corretivas ao texto do anexo
38	Atende regularização de cotas dos poderes
39	Origem - Legislativo - Emenda Aditiva ao texto do projeto Lei

A luz do exposto, restam acatadas as emendas constantes dos Quadros números 01, 03 e 04, rejeitando-se as demais.

Ressalto que as emendas inerentes a calamidade pública ocorrida no estado, por conta de questões climáticas adversas já possuem rubricas na LOA para 2009, salientando que com o aporte de recursos oriundos da Medida Provisória editada pelo Governo Federal, serão criadas fontes específicas no orçamento em 2008/2009 para atendimento de questões pontuais.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2008.

Deputado Renato Hinnig
RELATOR
*** X X X ***

Referência: PL / 0285.6/2008.
Origem: Executivo
Ementa: Aprova a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2009-2011 e adota outras providências.
Relator: Deputado Renato Hinnig.

PARECER CONCLUSIVO

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

I - RELATÓRIO

Dispõem os autos de proposição de origem governamental sobre a revisão do Plano Plurianual - PPA para o período de 2009 a 2011 e adota outras providências.

O parecer preliminar de acordo com as normas da casa foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação, por unanimidade no dia 26/11/2008, fls. 320 a 323 dos autos.
O referido relatório estabelecia considerações gerais sobre o Projeto de Lei apresentado e o cronograma de tramitação das etapas seguintes, o qual previa para o dia 10/12/2008 a apresentação deste relatório final.
Cabe destacar que para a conclusão deste trabalho no prazo, foi fundamental a participação da Coordenadoria do Orçamento Estadual desta Casa que apresentou análise técnica de pontos a serem avaliados, quando comparados os Anexos Únicos da Revisão apresentada e do projeto de Lei original do PPA em vigor, aprovado pela Lei nº 14.359, de 21 de janeiro de 2008.
Os quesitos foram transformados em quatro relatórios (fls.332/566) que encaminhamos para apreciação e manifestação da Secretaria de Planejamento através do Ofício n.º 649/2008 de 21/11/2008.
A manifestação da pasta deu-se através do Ofício n.º 380/08 (fls. 567/589) acompanhado de relatórios explicativos.
Encaminhamos a resposta para apreciação da coordenadoria que entendeu que as respostas apresentadas esclareciam os questionamentos inicialmente apontados.

OBSERVAÇÕES GERAIS

O art. 120, § 1º da Constituição do Estado de Santa Catarina aduz que o Plano Plurianual irá expor de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
O Plano Plurianual tem por escopo principal revitalizar a capacidade de investimento do Poder Público, pois, mesmo regulando suas despesas de custeio indiretamente, exige a coerência do planejamento plurianual, com o da LDO e com a LOA.
O Programa Plurianual em vigor foi aprovado através da Lei nº 14.359/2008.
A proposta de revisão do mesmo para o período de 2009 a 2011, que tramita nesta casa através do Projeto de Lei nº 285/2008, em análise, encontrando amparo no disposto do artigo 3º da Lei supracitada.
Sobre o conteúdo da Revisão a Lei nº 14.359, especifica em seu artigo 5º, parágrafos 2º a 4º o que segue:

Art. 5º...
§ 2º As revisões do Plano Plurianual 2008-2011, deverão observar as variantes ocorridas no contexto social, econômico e financeiro, bem como a continuidade do processo de reestruturação do gasto público estadual.
§ 3º A reestruturação do gasto público estadual terá como objetivos:
I - assegurar o equilíbrio nas contas públicas;
II - aumentar os níveis de investimento público estadual, em particular os voltados para a área social e para infra-estrutura econômica;
III - conferir racionalidade e austeridade ao gasto público estadual; e
IV - elevar o nível de eficiência do gasto público.
§ 4º O Poder Executivo, para consecução dos objetivos referidos no § 3º, adotará as seguintes linhas de ação:
I - manutenção da redução da participação relativa dos gastos com pessoal na despesa pública estadual;
II - modernização e racionalização da administração pública estadual.

A legalidade do projeto já foi apreciada no relatório preliminar. Passaremos agora a análise das emendas apresentadas:

2) DA ANÁLISE GERAL DO PLANO PLURIANUAL E DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ACATAMENTO DE EMENDAS.

O Plano Plurianual apresentado a esta Casa através do projeto de Lei nº PL/0285.6/2008 estipula uma previsão de receitas para o período de 2009 a 2011 de R$ 49.953.428.889,00, sendo R$ 34.735.830.175,00 são recursos do Orçamento Geral (69,53% do total) e R$ 15.217.599.714,00 (30,47% do total) são originários de outras fontes, discriminado no quadro demonstrativo do valor programado para o período de 2009 a 2011, Anexo I, do Relatório Preliminar, constante das fls.320 a 323 dos autos.
O Plano originalmente encaminhado não contemplava apenas uma das prioridades elencadas pela comunidade de maneira discriminada levantadas nas Audiências Públicas Regionais realizadas pela ALESC, conforme análise do corpo técnico desta casa.
Entendendo ser prioritário atender as solicitações das comunidades procedemos à subscrição da emenda de n.º 007 a fim de incluí-las no PPA.
Ressaltamos que é de suma importância que as prioridades estejam destacadas de forma clara e precisa, pois atendem os anseios da população catarinense, bem como reafirmam o compromisso assumido pelos Deputados Estaduais de acatar as prioridades elencadas nas audiências e de buscar suas realizações.
Para analisarmos o Plano em Geral e as emendas apresentadas utilizamos como referencial os seguintes critérios:
Analisadas as emendas apresentadas, submete o texto final para aprovação desta Comissão.
Dividimos nossa apreciação em 03 (três) tópicos:
1) Emendas destinadas a modificar o texto do PPA;
2) Emendas destinadas a modificar/acrescentar textos no Anexo Único do Projeto em comento.
3) Emendas parlamentares para alterar dotações.

1) DAS EMENDAS DESTINADAS A MODIFICAR O TEXTO DO PPA PARA O PERÍODO DE 2009 A 2011.

Foram apresentadas e acatadas por este relator 02 emendas ao texto de números 05 e 06, com o intuito de dar maior clareza, aperfeiçoar o texto legal, fortalecer a participação popular e o orçamento estadual regionalizado.
O Quadro número 1, anexo, relaciona as emendas apresentadas.
As emendas foram sugeridas pela Coordenadoria do Orçamento desta casa e subscritas por este Relator por entendê-las pertinentes e principalmente para facilitar o trabalho dos futuros relatores de processos de revisões do PPA, pois estabelecem datas limites para apresentação do projeto, que permitirão uma melhor análise técnica e exige que com o mesmo sejam encaminhados esclarecimentos das alterações realizadas, minimizando a necessidade de que sejam necessárias diligências e questionamentos adicionais a Secretaria de Planejamento, além de dar maior transparência ao processo.

2) DAS EMENDAS DESTINADAS A MODIFICAR O TEXTO DO ANEXO DO PPA PARA O PERÍODO DE 2009 A 2011.

Quanto às emendas destinadas a modificar o anexo de prioridades e metas para 2009 elaboramos Quadro nº 02, anexo, do presente relatório, relacionando as emendas apresentadas.
Procedemos o acatamento de todas as emendas apresentadas.

3) DAS EMENDAS DESTINADAS A MODIFICAR AS DOTAÇÕES DO ANEXO DO PPA PARA O PERÍODO DE 2009 A 2011.

Analisamos as emendas apresentadas e elaboramos o Quadro nº 03, contendo as emendas acatadas, num total de 28 emendas.
O Quadro de n.º 04 as emendas rejeitadas, num total de 60 emendas, devidamente justificadas na coluna de observações.
Merece destaque, a rejeição da emendas que procuravam deduzir dotações da Secretaria de Comunicação de nºs 02, 03, 12, 17, 25, 28, 33, 36, por elas se destinarem a retirar mais de R$ 39.900.000,00 da verba destinada a Secretaria de Comunicação, inclusive algumas delas destinadas a Secretaria de Saúde, para campanhas informativas.
A atuação decisiva da secretaria e dos órgãos de imprensa de nosso Estado em divulgar as necessidades de Santa Catarina, principalmente nos momentos de calamidade, propiciaram uma ampla corrente de solidariedade no Brasil e no mundo e que por certo trouxeram resultados muito superiores aos recursos que o Estado dispunha para colaborar.
A forte atuação da mídia inclusive colaborou de forma decisiva para a sensibilização do Governo Federal na edição de medidas para contribuírem na recuperação do Estado.
A atuação da imprensa catarinense também é importante na divulgação de campanhas institucionais de educação, saúde e segurança, além de atrativos turísticos que resultam em resultados econômicos e sociais relevantes.

II - CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela aprovação do projeto de Lei nº 0285.6/2008, que destina-se a aprovar a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2009-2001, com o acatamento das emendas destacadas nos Quadros de n.º 01, 02 e 03, parte integrante deste relatório.
É o parecer.

Deputado Renato Hinnig
Relator

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 386/08

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Multidisciplinar de Meio Ambiente e Arqueoastronomia, doravante denominado IMMA, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver;

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 08 de Dezembro de 2008.

Valmir Comin
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente
Senhores e Senhoras Deputadas (os)

A presente entidade o Instituto Multidisciplinar de Meio Ambiente e Arqueoastronomia, doravante denominado IMMA com sede no município de Florianópolis, fundado em 12 de junho de 2006, tem por finalidade o desenvolvimento e execução de projetos e pesquisas multidisciplinares e projetos culturais com responsabilidade sócio-ambiental.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos na legislação em vigor.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos pela entidade, percebe-se o caráter social das atividades, que por não ter fins lucrativos, necessita do amparo e da contra partida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente projeto de lei.

Florianópolis, 08 de Dezembro de 2008.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 387/08

Declara de utilidade pública a Associação dos Pescadores de Garopaba, com sede no Município de Garopaba.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pescadores de Garopaba, com sede e foro no Município de Garopaba.

Art. 2º - À entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 09 dezembro de 2008.

Deputado Pedro Uczai
Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa possibilitar que seja declarada de utilidade pública estadual, com os seus direitos e deveres conseqüentes desse ato, a Associação de Pescadores de Garopaba, com sede e foro no Município de Garopaba.

A Associação dos Pescadores de Garopaba foi fundada em novembro de 2007, e desde lá tem trabalhado, tanto no âmbito do seu Município, bem como a nível estadual quando se refere a sua área temática.

Na documentação apensada a presente proposição, pode-se verificar que a referida entidade tem trabalhado, constantemente, na promoção e realização de atividades sobre formação e aperfeiçoamento profissional, campanhas Educativas, e na preservação ambiental.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 388/08

Declara de utilidade pública o Grupo da Terceira e Melhor Idade do Mariscal, com sede no município de Bombinhas.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo da Terceira e Melhor Idade do Mariscal, com sede no município de Bombinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

JUSTIFICATIVA

O Grupo da Terceira e Melhor Idade do Mariscal tem sua sede no município de Bombinhas e é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade congregar cidadãos com idade acima de 50 anos, e voluntárias acima dos 40 anos, com o objetivo de promover reuniões sociais e atividades ocupacionais para idosos, especialmente programas e viagens.

Para atingir seus objetivos, o Grupo da Terceira e Melhor Idade de Mariscal promoverá cursos, encontros, seminários, simpósios, conferências, debates e depoimentos sobre experiências profissionais, podendo firmar convênios com o Município, o Estado e a União.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 389/08

Declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa Esportiva e Cultural Comercial, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Recreativa Esportiva e Cultural Comercial, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Recreativa Esportiva e Cultural Comercial tem sua sede no município de Blumenau e é uma entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade promover a preservação, a conservação e a defesa do patrimônio histórico e artístico, da cultura e do folclore da colonização alemã no município de Blumenau. Visa, também, promover a seus associados atividades desportivas amadoras, entre as quais a prática de bolão, tiro e demais promoções sociais de natureza recreativa, mantendo intercâmbio social, cultural e esportivo com entidades congêneres.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 390/08

Institui o Ano Catarinense da Primeira Infância - Prioridade Absoluta.

Art. 1º Fica instituído o Ano Catarinense da Primeira Infância - Prioridade Absoluta, a ser comemorado no ano de 2009.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de lei pelo qual a Assembléia Legislativa pretende instituir o Ano Catarinense da Primeira Infância - Prioridade Absoluta, a ser celebrado no ano de 2009.

No ano de 2009, a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar Brasil/SC, estará completando 40 anos de atuação em nosso Estado, em defesa dos direitos da criança na primeira infância.

Sabemos dos imensos desafios que precisamos superar para cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente no nosso Estado. Faltam vagas na educação infantil, as casas abrigos para crianças passam por sérias dificuldades, o Fundo da Infância não funciona, os conselhos tutelares e dos direitos necessitam de investimentos e capacitação, os CPIs, a exploração sexual, a violência e outras, vitimam os nossos pequenos diariamente.

São temas como esses que precisam ser debatidos e sistematizados no intuito de buscarmos mecanismos que nos permitam superá-los.

Neste sentido, propomos aos Senhores Deputados a aprovação deste projeto de lei por entender que estamos diante de um dilema: ou investimos nas crianças com políticas públicas ou nos tornamos reféns da violência e de uma sociedade desestruturada.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 391/08

Declara de Utilidade Pública a Academia Desterrense de Letras, no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Academia Desterrense de Letras, com sede no município de Florianópolis e foro na Comarca de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena da revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Edison Andrino
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

JUSTIFICATIVA

A Academia Desterrense de Letras, a qual leva o nome histórico da saudosa Vila de Nossa Senhora do Desterro, está completando seu primeiro decênio de existência neste ano.

Dedicada a instituir um espaço, onde a produção de escritores e estudiosos de literatura, em prosa, versos ou ensaios científicos, circulasse em debates e em obras que se colocam à disposição do público interessado e disposto a conhecer a memória, a cultura e a inspiração insular da Ilha de Santa Catarina e que se expressa por todos quantos nela atuam e produzem.

A ADL está estruturada segundo os padrões tradicionais das universalmente conhecidas academias, para admitir um número de quarenta Acadêmicos, tendo, portanto, cada Cadeira um Patrono recrutado entre figuras expoentes da cultura literária, principalmente insular, e complementarmente catarinense.

Vale destacar, a rica produção da ADL, provinda de acadêmicos e acadêmicas com a editoração de oitenta e duas obras, tais como prosa, poesia, livros didáticos, contos, ensaios, além de diversos artigos, versos e contos publicados em órgãos ou veículos de mídia. Destaque, também, para a promoção de sessões culturais e a editoração de obras literárias florianopolitanas.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entende-la relevante para a preservação e incentivo da cultura florianopolitana e de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/08

Define a Missão, a Visão Estratégica e os Valores Organizacionais, e aprova o Planejamento Estratégico para o quadriênio 2009/2012, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A Missão, a Visão Estratégica e os Valores Organizacionais da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ficam assim definidos:

I - Missão Estratégica: representar a sociedade catarinense, promovendo o estado democrático de direito;

II - Visão Estratégica: ser referencial de excelência na representação da sociedade; e

III - Valores Organizacionais: ética, honestidade, igualdade, liberdade de expressão, respeito e transparência.

Art. 2º Fica aprovado o Planejamento Estratégico para o quadriênio 2009/2012, com os seguintes objetivos:

I - aumentar a satisfação e o reconhecimento;

II - promover condições para um Parlamento ágil;

III - produzir legislação consoante aos anseios da sociedade;

IV - fortalecer o relacionamento interno;

V - garantir qualidade nos processos;

VI - melhorar a efetividade dos processos;

VII - aumentar a satisfação das pessoas;

VIII - desenvolver competências;

IX - adequar e aprimorar a infra-estrutura física, logística e tecnológica;

X - manter o equilíbrio orçamentário e financeiro; e

XI - otimizar a aplicação de recursos.

§ 1º O Planejamento Estratégico de que trata o *caput* é composto pelos projetos e subprojetos estratégicos e projetos operacionais constantes dos anexos I e II desta Resolução.

§ 2º O Planejamento Estratégico previsto nesta Resolução somente poderá ser revisado ou alterado por meio de resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Julio Garcia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/12/08

ANEXO I

PROJETOS E SUBPROJETOS ESTRATÉGICOS

PROJETOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVO	SUBPROJETOS ESTRATÉGICOS
ALESC Ambiental	Contribuir para a preservação do meio ambiente	Consciência Limpa - Ambiental
		Programa de Redução e Neutralização de Emissões de Gases Efeito Estufa na Assembléia Legislativa
Aprimoramento dos Canais de Relacionamento com a Sociedade	Melhorar os canais de comunicação entre a Assembléia Legislativa e a sociedade	Agência de Notícias do Legislativo
		Totem Eletrônico
		Visitação Dirigida
		Modernização do Sistema de Telefonia Fixa
		Jornal AL Notícias
		Novo Portal da Assembléia Legislativa
		Alô Assembléia - 0800
		Telejornais da TVAL
		Documentários da TVAL
		Revista da Assembléia
		Brasil em Debate
		Santa Tech-Top da Tecnologia Catarinense
		Pesquisa de Opinião Pública Sobre a Imagem Institucional
Parlamento-Cidadão	Promover a cidadania	Centro de Documentação Jornalística -CEDOCJ
		Conhecendo o Parlamento
		Fala Jovem
		Leitura Crítica do AL Notícias em Sala de Aula
		Educação à Distância
Responsabilidade Social	Promover o processo de inclusão social	Antonieta de Barros - PAB
		Certificado de Responsabilidade Social
		Índice Socioeconômico - ALESC
		Formação de Agentes Políticos e Públicos
		Acessibilidade - Estrutura Física do Palácio Barriga-Verde
Controle da Legislação Catarinense	Monitorar a eficácia dos instrumentos legais	Consolidação da Legislação Catarinense
		Controle de Regulamentação de Leis
		Fiscalização das Entidades Declaradas de Utilidade Pública
Modernização do Processo Legislativo	Aumentar a segurança e a agilidade dos processos legislativos	Ampliação do Proclegis
		Sistema de Captação e Digitalização do Som
		Integração ao Sistema Eletrônico do Plenário

		Sistema Orçamentário Estadual
Plano de Segurança Institucional	Garantir a segurança das pessoas e do patrimônio	Sistema de Vídeomonitoramento
		Controle de Acesso de Veículos
Normatização dos Procedimentos	Promover a melhoria contínua e a padronização dos processos Manual de Procedimentos da Comissão de Elaboração de Editais e Contratos	Manual de Procedimentos das Audiências Públicas
		Manual e Cadastro das Entidades Declaradas de Utilidade Pública
		Sistema de Controle Interno
		Manual de Recursos Humanos
		Manual de Utilização da Frota de Veículos
		Manual de Procedimentos da Comissão de Elaboração de Editais e Contratos
		Manual de Utilização do Espaço Físico para Eventos
		Manual de Procedimentos dos Bens Patrimoniais Inservíveis
		Manual de Procedimentos da Comissão Permanente de Licitações
Modernização da Tecnologia da Informação	Garantir a segurança, disponibilidade e a acurácia das informações	Gestão Eletrônica dos Processos
		Plano Diretor de Tecnologia da Informação
		Data Center
		Sistema de Informações Institucionais
Melhores Práticas	Adotar métodos e ferramentas que darão suporte à implementação de um modelo de gestão para a excelência	Auto-avaliação Institucional
		Benchmarking
		Implementar o *Balanced Scorecard*
Gestão por Competência	Desenvolver e fortalecer as competência individuais dos servidores	Pesquisa de Clima Organizacional
		Avaliação de Desempenho Funcional
		Mapeamento de Competências
Gestão do Conhecimento	Valorizar e aprimorar o capital intelectual	Concurso Público
		Banco de Talentos
		Banco de Produção Intelectual
		Banco de Idéias
		Plano de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores
Reestruturação dos Sistemas de Recursos Humanos	Integrar os diversos sistemas informatizados	Implementação do Novo Sistema de Folha de Pagamento
		Integração dos Sistemas de Recursos Humanos
		RH *On-line*
Qualidade de Vida no Trabalho	Promover a qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho	Avaliação Médica Periódica
		Prevenção Odontológica
		Perfil da Saúde do Servidor/Parlamentar
		Repensando a Relação com a Aposentadoria
Ampliação do Palácio Barriga-Verde	Assegurar espaço físico e instalações adequadas aos diversos setores da Assembléia Legislativa	Projeto Arquitetônico do Anexo Sul
		Projeto de Redimensionamento do Espaço Físico
		Monitoramento e Execução de Obra
Programa de Economicidade	Promover práticas que permitam melhorar a aplicação dos recursos públicos	Otimização do Sistema Eletrônico de Compras
		Sistema de Controle do Orçamento Parlamentar
		Normatização dos Procedimentos de Finanças

ANEXO I

PROJETOS OPERACIONAIS

1. Movimentação Parlamentar
2. Guia Telefônico
3. Renovação do Acervo Bibliográfico
4. Biblioteca *On-line*
5. Aprimoramento da Recepção aos Parlamentares e Assessoria
6. Galeria Permanente de Obras de Arte
7. Catálogo do Acervo Artístico
8. Homenagem aos Municípios Catarinenses
9. Reambientação do Acesso Principal
10. Padronização das Solicitações de Compras de Produtos e Serviços
11. Controle do Almoxarifado
12. Controle de Patrimônio e Cessão de Uso de Equipamentos
13. Consultoria de Pesquisa Gramatical
14. Implementação do Link "Consultoria Legislativa"
15. Interiorização dos Trabalhos da ALESC
16. Rastreabilidade da Validade da Garantia dos Equipamentos
17. Incorporação no Portal ALESC de Sistema Banco de Dados - Processos Licitatórios
18. Otimização do Sistema Eletrônico de Compras
19. Capacitação dos Membros da CPL e CEECC
20. Normatização dos procedimentos administrativos da CEECC
21. Prestação de Contas Internas da ALESC
22. Capacitação de Servidores para Implantação do SIGEF na ALESC
23. Programa de Publicações de Relatórios Anuais e Livros

JUSTIFICATIVA

O Princípio constitucional da eficiência, inserido no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, tem motivado a Assembléia Legislativa a rever o modelo de gestão da administração e a promover mudanças em sua estrutura organizacional.

Nesse contexto, o planejamento estratégico constitui instrumento fundamental de gestão, que permitirá à Instituição cumprir com excelência a sua missão constitucional, agilizando o processo decisório, a integração dos procedimentos internos, o controle dos resultados, o raciocínio estratégico e a integração com o ambiente externo.

O presente projeto de resolução contém os projetos que transformarão a Assembléia Legislativa em uma instituição pública de excelência na representação da sociedade.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 003, DE 2008

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso I, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 184, inciso VI, letra "f", do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal.

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da Proposta de Emenda Constitucional constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de dezembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

ANEXO ÚNICO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescenta o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal.

Art. 1º Acrescenta o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 60.....

.....

IV - de um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com três décimos por cento dos eleitores de cada um deles."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

*** X X X ***